

Quem disse ?

«Tony Blair tem tido ideias interessantes e defendido com coragem boas causas. Mas a utilização excessiva do *marketing* político, o piscar permanente do olho ao centro e até mesmo à direita não creio que o favoreçam, a médio prazo. Para já não falar na ligação (namoro?) com Bill Clinton.»

Mário Soares

Diário de Notícias, 5 de Outubro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº990 8 OUTUBRO 1998 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA



Director Fernando de Sousa Director-adjunto José Manuel Viegas

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Visita oficial a Moçambique

Recepção calorosa a Guterres

O primeiro-ministro, António Guterres, iniciou terça-feira uma visita oficial a Moçambique, tendo como objectivo o reforço da cooperação cultural, económica e política entre os dois países de língua portuguesa.

Alvo de uma recepção calorosa logo à chegada a Maputo, António Guterres realçou a sua disponibilidade para discutir todos os assuntos com total frontalidade, apresentando como uma das principais propostas um programa de formação de quadros, em três anos, e cujo investimento ultrapassa os 20 milhões de contos.

O Presidente da República de Moçambique, por seu turno, salientou a necessidade de as acções de cooperação terem uma reciprocidade verdadeira, tendo criticado a globalização do mundo financeiro, considerando mesmo que este fenómeno «corre o risco de se revelar mau» para o mundo.

Acompanhando a visita de António Guterres, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, salientou que Portugal foi o país da OCDE que mais cresceu na ajuda aos países em vias de desenvolvimento, ocupando o terceiro lugar na ajuda pública a Moçambique. «A partir de agora, todos os portugueses passarão a saber quais os programas em curso, quanto custam, o seu período de execução, quem é responsável e quem executa», afirmou Jaime Gama aos jornalistas. Durante o dia de ontem, o ministro da Educação visitou várias escolas da capital moçambicana, enquanto o titular da pasta da Economia participou numa conferência com vários empresários. No dia em que chegou a Moçambique, António Guterres avistou-se também com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, com quem abordou questões relacionadas com a formação de quadros e com o aprofundamento do processo democrático em Moçambique.

Três anos de desenvolvimento e de maior justiça social

As fim de três anos de Governo socialista, as principais promessas incluídas no programa eleitoral do PS estão praticamente todas cumpridas. Portugal entrou no patamar da freme da moeda única, posição que sempre inspirou serias dúvidas aos partidos da oposição. O País, por outro lado, assume hoje um papel relevante no diálogo entre os Estados-membros da União Europeia, e entre a Europa e o resto do mundo. No plano interno, os avultados investimentos realizados em sectores como a Educação, o Emprego, a Saúde e no combate à pobreza comprovam as preocupações com a justiça social por parte deste Executivo. Paralelamente, a equipa de António Guterres conseguiu colocar o crescimento económico sempre acima da média comunitária e a inflação caiu para níveis mínimos. Desde 1996, com sucessivas descidas das taxas de juro, as famílias portuguesas ganharam novos motivos de esperança, enquanto os salários dos trabalhadores cresceram em termos reais.

Governo

Capoulas garante continuidade da política agrícola



O Presidente da República, Jorge Sampaio, empossou no dia 3, em cerimónia realizada no Palácio de Belém, a nova equipa ministerial para a Agricultura, chefiada pelo camarada Capoulas Santos e que integra ainda José Apolinário, Luís Vieira e Vítor Barros.

Humberto Delgado

Um comboio chamado liberdade



Resistentes antifascistas, capitães de Abril, democratas de vários quadrantes, membros do Governo e o Presidente da República, Jorge Sampaio, foram algumas das personalidades que viajaram no dia 3 no «Comboio da Liberdade», que fez um trajecto Lisboa-Porto de memória cívica, evocando a jornada de há 40 anos de Humberto Delgado.

**Discutir a regionalização a sério**

Lamentavelmente, a discussão em torno da regionalização tem sido travada sem os cuidados e a seriedade que uma reforma desta importância para o desenvolvimento equilibrado do nosso país exige.

De um lado, vemos o Governo e o Partido Socialista a apresentarem, serenamente, a regionalização, com espírito de abertura e de diálogo. Do outro lado, vemos o PSD e o PP a fazer a chicana política e a tentar adulterar as palavras de António Guterres, desejando, no fundo, que o Governo e o PS revelassem, sobre esta matéria, posições fundamentalistas que nunca assumiram, ou radicalismos que sempre rejeitaram.

A regionalização, que entendemos estar ao serviço de uma estratégia de desenvolvimento equilibrado das várias regiões do País, de coesão económica e social, de solidariedade nacional e de competitividade no âmbito da União Europeia, tem sido anunciada ou denunciada por vários analistas políticos aos mais diversos níveis, como susceptível das maiores perversões e calamidades.

Serenamente, o PS tem vindo a explicar quais os objectivos da regionalização que pretende, quais os seus benefícios, competências e significado, no quadro mais alargado da reforma democrática do Estado, que urge fazer. E tem desmontado alguns dos argumentos – muitos deles, falaciosos e alarmistas – que os adversários da regionalização propalam, no sentido de criarem, na consciência colectiva da nossa sociedade, um sentimento de rejeição à sua institucionalização.

O estudo sobre regionalização recentemente apresentado pelo Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território constitui, sem dúvida, um contributo para o debate, que se pretende animado, vivo, mas sério sobre a regionalização e que, até ao momento, não suscitou, por parte da oposição, qualquer curiosidade ou interesse.

É que há quem apenas participe na discussão da vida nacional, pela negativa, pelo botá-abaixo, sem apresentar uma alternativa, uma ideia, um contributo inovador.

Há quem diga não, não pelo prazer de dizer não, mas apenas porque nada mais sabe, procurando, estulticamente, camuflar a ausência das ideias e dos princípios com o mero acenar de fantasmas ... os quais, como toda a gente sabe, não existem.

**AD É SINÓNIMO DE CAPITALISMO SELVAGEM**

Depois de Lisboa, a FRS realizava um gigantesco comício na cidade do Porto, naquela que foi, porventura, a maior manifestação pública de rua, depois das que se seguiram ao 25 de Abril de 74.

As gentes do Porto, democratas por natureza (os manuais serrões ultramontanos sempre foram excepção), recebiam calorosamente os líderes da FRS - Mário Soares, Lopes Cardoso e Sousa Franco.

No comício na Praça Humberto Delgado, relatado pormenorizadamente nas páginas do «AS», então dirigido por Alfredo Barroso e composto e impresso na CEIG, Mário Soares afirmava: «Esta é uma manifestação de fé nos destinos da República e da Democracia e um sinal da nossa vitória em 5 de Outubro, data profética da implantação da República em Portugal.»

Na edição de 2 de Outubro do órgão oficial do PS, para além de uma completa informação sobre os vários comícios de norte a sul do País realizados pela FRS, destaque para um manifesto apresentado por Beja Santos (PS) e António Rebelo de Sousa (ASDI) contra o capitalismo selvagem e para a reunião em Lisboa dos líderes socialistas do Sul da Europa em que foi condenada a intervenção soviética no Afeganistão.

J. C. C. B.

2 de Outubro

Quem disse?

«A AD foi sinónimo de capitalismo selvagem, início da recomposição dos grandes grupos económico-financeiros, redução no montante das vendas, descapitalização forçada das empresas.»

Beja Santos**Eleições no GP/PS
Assis reeleito líder da bancada**

O deputado socialista Francisco Assis foi reeleito, no dia 1, presidente do Grupo Parlamentar do PS, com 88 votos a favor e 14 contra.

No universo de 112 eleitores que compõem a bancada do Partido Socialista, os 102 votantes deram a Assis e à direcção do GP/PS mais sete votos favoráveis e menos cinco desfavoráveis do que na eleição do ano anterior.

Assim, 88 deputados votaram sim e apenas 14 optaram pelo não, sem se registarem votos nulos ou brancos.

Na votação de 1997, entre os 105 votantes, Francisco Assis alcançou 81 votos «sim», 19 «não» e cinco votos em branco.

Como vice-presidentes do Grupo Parlamentar do PS foram eleitos os deputados Luís Filipe Madeira, António Reis, Acácio Barreiros, Elisa Damião, Joel Hasse Ferreira, José Junqueiro, José Magalhães, Manuel dos Santos, Rui Namorado e Sérgio Sousa Pinto.

Para o Conselho Fiscal foi eleito Eduardo Pereira (presidente), Natalina Moura e Paulo Neves (vogais).

Como coordenadores de comissão foram eleitos José Magalhães (Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias), Carlos Luís (Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação), Marques Júnior (Defesa Nacional), José Junqueiro (Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e



Ambiente), Joel Hasse Ferreira (Economia, Finanças e Plano), Fernando de Sousa (Educação, Ciência e Cultura), Nelson Baltazar (Saúde), Barbosa de Oliveira (Trabalho, Solidariedade, Segurança Social e Família), Manuel dos Santos (Assuntos Europeus), António Martinho (Agricultura e Mar), Gonçalo Velho (Juventude) e Sónia Furtuzinhos (Paridade e Igualdade de Oportunidades).

Para coordenadores-adjuntos das comissões para Administração do Território, Equipamento Social, Poder Local e Ambiente; Educação, Ciência e Cultura; Saúde e Trabalho Solidariedade, Segurança Social e Família foram eleitos, respectivamente, Manuel Vargas, Fernando Pereira Marques, Alberto Marques e Jorge Rato.

**Futuro empresarial garantido
Calendário eleitoral não afectará competitividade**

O ministro da Economia, Pina Moura, garantiu, no dia 2, na Exponor, que o calendário eleitoral não vai levar o Executivo a adiar decisões sobre medidas económicas necessárias à competitividade das empresas.

«Vamos continuar o trabalho com as confederações e empresas para definir um cronograma de acção na adopção de medidas que têm de ser tomadas até 2002 para a competitividade das empresas, independentemente do calendário político», prometeu Pina Moura no seminário «Euro a Nova Moeda no Mundo» em Matosinhos.

Pina Moura reconheceu que face a 2002 é

necessário criar uma trajectória de ajustamento estável e conhecida dos agentes económicos para o IRC, salientando que até essa data, também a nível fiscal, é necessário operar uma efectiva convergência com a União Europeia.

Relativamente aos critérios de convergência cumpridos para entrar no grupo do euro, o ministro da Economia destacou que o processo «é uma fotografia de um esforço bem sucedido desenvolvido pelas nossas empresas» e que simultaneamente «esse esforço de reestruturação desenvolvido a nível empresarial nos últimos anos também permitiu atingir os níveis de convergência».

**Kosovo/Nato
Excluída participação portuguesa nos combates**

O ministro da Defesa, Veiga Simão, assegurou, no dia 1, em Tancos, que está excluída a participação de militares operacionais portugueses numa eventual missão da NATO no Kosovo que exija a colocação de tropas no terreno.

Veiga Simão falava no final do «Vip Day» do exercício «Lusitana 98» que decorreu na manhã da passada quinta-feira, no Campo Militar de Santa Margarida, em Santarém, e a que assistiram o Presidente da República, Jorge Sampaio, deputados da Comissão Parlamentar de Defesa, os chefes militares e outras individualidades.

O ministro disse aos jornalistas presentes no local que o possível envolvimento de uma companhia de militares portugueses no Kosovo passará pelo recurso a elementos da área logística ou outra não combatente.

Na reunião ministerial da NATO realizada recentemente, em Vilamoura, Veiga Simão anunciou que, segundo proposta das chefias militares, Portugal poderia disponibilizar três caças F-16 da Forças Aéreas para uma força aliada destinada a actuar no Kosovo.

Caso fosse necessário, o País poderia ainda disponibilizar uma fragata e uma companhia.

O envolvimento de Portugal na força que a NATO decidiu criar para uma possível actuação no Kosovo terá de ser aprovado em Conselho de Ministros, devendo ser ouvido também o Chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas.

Segundo o ministro da Defesa, o Governo ouvirá também a Assembleia da República, apesar de - acrescentou - não estar legalmente obrigado a tal.

TRÊS ANOS DE DESENVOLVIMENTO E DE MAIOR JUSTIÇA SOCIAL

Ao fim de três anos de Governo socialista, as principais promessas incluídas no programa eleitoral do PS estão praticamente todas cumpridas. Portugal entrou no pelotão da frente da moeda única, posição que sempre inspirou sérias dúvidas aos partidos da oposição. O País, por outro lado, assume hoje um papel relevante no diálogo entre os Estados-membros da União Europeia, e entre a Europa e o resto do mundo. No plano interno, os avultados investimentos realizados em sectores como a Educação, o Emprego, a Saúde e no combate à pobreza comprovam as preocupações com a justiça social por parte deste Executivo. Paralelamente, a equipa de António Guterres conseguiu colocar o crescimento económico sempre acima da média comunitária e a inflação caiu para níveis mínimos. Desde 1996, com sucessivas descidas das taxas de juro, as famílias portuguesas ganharam novos motivos de esperança, enquanto os salários dos trabalhadores cresceram em termos reais.



Caso se realizassem hoje eleições legislativas antecipadas, todas as sondagens disponíveis mostram que o PS teria maioria absoluta e que os eleitores seriam levados a penalizar a estratégia dos partidos da oposição, sobretudo aquela que é praticada pelo PSD. Vários factos explicam o sucesso do Governo socialista e a razão pela qual o primeiro-ministro possui uma sólida relação de confiança com os portugueses. No plano externo, em três anos de Governo socialista, Portugal cumpriu o seu grande objectivo de entrar na terceira fase da União Económica Monetária. Em Maio último, o escudo foi apurado no grupo da frente dos fundadores da moeda única europeia, conseguindo ainda possuir indicadores de convergência nominais mais sólidos do que muitos dos Estados-membros que também cumpriram os critérios estabelecidos pela União Europeia.

Ao mesmo tempo, Portugal também começou a ter uma estratégia sólida de penetração em outros mercados fora da Europa. A primeira aposta de António Guterres, para a internacionalização da economia portuguesa, passou pelo Brasil — país onde o nosso investimento externo aumentou consideravelmente nos últimos anos. Os investimentos externos nacionais cresceram igualmente de forma significativa em zonas como o Norte de África (Marrocos), em Moçambique, Angola e na China. Por outro lado, em Macau, tudo indica que o processo de transição do território para a ad-

ministração chinesa se processará de forma pacífica, garantindo aos macaenses a presença da nossa secular cultura, bem como de um quadro legislativo e jurídico de respeito por valores característicos de um Estado de Direito, como a liberdade de opinião e a livre iniciativa económica.

Combate à pobreza

No plano interno, a preocupação do Governo de António Guterres passou por garantir o rigor financeiro e o crescimento económico, destinando parte apreciável do aumento da riqueza do País para as camadas mais desfavorecidas.

Em 1998, tornou-se indiscutível o sucesso do rendimento mínimo garantido, que permitiu a muitas famílias subsistirem num patamar de dignidade de condições de vida e livrarem-se por esta via da exclusão e marginalidade. Com a aplicação do rendimento mínimo garantido, existem inequívocos resultados de reabilitação social de muitos dos abrangidos pelo programa e que agora se encontram plenamente inseridos no mercados de trabalho.

Se esta foi uma das principais medidas para o combate à pobreza, outras se destacaram ao nível dos objectivos para a promoção de maior justiça social. Assim, desde a vitória dos socialistas nas últimas eleições legislativas, assistiu-se a aumentos diferenciados das pensões de reforma, tendo subido mais aquelas que se situavam em níveis mais degradados e cujos beneficiários eram cidadãos com poucos recursos.

Apesar de o Executivo socialista não estar

satisfeito com a taxa de desemprego ainda no presente verificada no País, a verdade é que cresceram as oportunidades de trabalho no mercado nacional. Ou seja, em termos objectivos, o Governo do PS contrariou a tendência do poder de Cavaco Silva. Este último poder, sobretudo nos últimos anos, fez aumentar o desemprego entre os portugueses, dando mostras de total insensibilidade social em relação a este fenómeno. Esta tendência, felizmente, foi invertida com o Executivo de António Guterres.

Na área da Educação, também estão bem visíveis os progressos registados no País. Tal como havia sido prometido em campanha eleitoral, durante a presente legislatura, o orçamento destinado à Educação subiu mais um por cento face ao Produto Interno Bruto. Significativos contrastes com o passado de Cavaco Silva podem também encontrar-se no Ensino Superior, onde terminou a conjuntura de conflito que marcou o poder «laranja», havendo no presente um ambiente paz. Mas o Ensino Pré-Escolar, essencial para uma política de igualdade de oportunidades, foi aquele em que se registaram maiores progressos.

O Governo socialista teve também uma atitude decisiva para a reforma que está em curso no sector da Justiça e para a reforma das polícias, dando-lhes um cunho mais civilista e aproximando-as das necessidades dos cidadãos. Em vez da lógica da superesquadras, o Executivo do PS apostou numa polícia de proximidade — política que teve como principal consequência uma clara redução dos índices de criminalidade. Ou seja, é hoje in-

discutível que os cidadãos se sentem mais seguros do que no tempo dos governos de Cavaco Silva.

Sucessos na economia

Embora Portugal registe um crescimento económico superior à média dos países da União Europeia — assim como uma taxa de inflação reduzida e taxas de juro em constante queda —, precisa ainda de enfrentar poderosos desafios na viragem do século.

Como tem alertado o primeiro-ministro em diversas intervenções públicas, os portugueses têm de agora afirmar-se na Europa e no mundo pela qualidade, pela inovação e pela criatividade. É isso que fará de Portugal um país sólido e com uma voz importante nos primeiros anos do próximo século.

Entre os desafios que Portugal terá de enfrentar, depois de concluída a importante revolução que se encontra em curso ao nível dos transportes e comunicações, relaciona-se com a reestruturação da máquina administrativa nacional. Em boa verdade, os socialistas sabem que se tornará difícil possuir uma máquina administrativa eficaz, principalmente nos próximos anos, conservando a actual desorganização nos serviços da Administração Central periférica e mantendo uma elevada carga burocrática. Para que os portugueses não percam tantas energias na resolução dos seus problemas, para simplificar os processos de decisão, a descentralização administrativa, através da criação das regiões, é a solução ideal. Por isso, a 8 de Novembro próximo, os socialistas irão bater-se vigorosamente pelo «Sim» à criação das oito regiões administrativas do território nacional. Um combate que tem subjacente a consciência de que a regionalização será a única forma possível para proporcionar um desenvolvimento equilibrado e para diminuir as graves assimetrias entre as zonas do interior e do litoral do País.

Finalmente, no plano político, o PS continuará a ser o garante da estabilidade política nacional, estando pronto a denunciar todas as manobras obstaculizadoras do progresso e que sejam levadas a cabo por partidos da oposição, quer essas manobras ocorram na Assembleia da República, na Região Autónoma dos Açores, ou em qualquer outro ponto do território nacional. Os socialistas, como sempre, estarão disponíveis para a celebração de consensos com os partidos da oposição, tal como aconteceu com a discussão parlamentar da Lei de Bases da Segurança Social. Mas estarão indisponíveis para assumir compromissos demagógicos e que sejam impostos por uma incoerente coligação negativa, envolvendo no mesmo lado da barricada comunistas, «laranjas» e populares.



UMA VISÃO NÃO PARTIDÁRIA

Se conseguirmos fazer algum esforço no sentido de nos libertarmos das paixões partidárias, talvez isto na ajude a encarar de modo diferente o «sim» às regiões.

1. Quem não gostaria de ver o Estado mais descentralizado? O estado é um «monstro» muito pesado e quem o gere precisa de delegar.

2. A burocracia é um mal mas podemos aliviar o Estado, dando poder às regiões. Até podemos eliminar cargos que pouca falta fazem (e são muitos), conferindo mais legitimidade e representatividade aos cidadãos. Queremos mais democracia e menos burocratas sem capacidade de agir (por vezes por falta de informação correcta).

3. Quando visitamos o interior do País não nos dói ver o abandono de regiões tão bonitas, que ficaram paradas no tempo ou regrediram? Temos que entregar as regiões a empresários dinâmicos, à classe trabalhadora (agora mais instruída) e a todos os que querem desenvolver o interior (repare-se que no litoral também há muitas carências que precisamos da regionalização). O litoral está já saturado e precisamos da regionalização enquanto instrumento necessário ao desenvolvimento de médio e longo prazo. É preciso fazer a reforma do Estado e não podemos ficar passivamente à espera dos milagres da globalização; temos que fazer alguma coisa, potenciar um desenvolvimento local com futuro, dando às pessoas algum poder no processo

de tomada de decisão.

4. Em todos os partidos há regionalistas, homens e mulheres com amor à terra que os viu nascer e que generosamente gostariam de ver um país mais equilibrado. Os medos de taxas ou egoísmos centralistas revelam pouca boa vontade de ver o nosso semelhante com um pouquinho mais de dignidade e orgulho em serem portugueses, que amam as suas terras e que querem acompanhar, como é lógico, aquilo que se faz nos outros países europeus (mais evoluídos e ambiciosos do que nós) em defesa do desenvolvimento das regiões europeias

5. O conceito de poder napoleónico só serve para atrofiar as regiões, as pessoas e as mentalidades. Esta lógica tem levado à fuga de muitos jovens para regiões mais ricas, o que é respeitável, tal como os jovens dos países pobres emigram para os países ricos onde poderão ambicionar um melhor futuro. Queremos, com sinceridade, um mundo mais equilibrado e regiões mais ricas onde o Estado estimule localmente a classe empresarial e se trabalhe para garantir o emprego de muitos licenciados que, acabado o curso, são obrigados a abandonar de imediato a Covilhã ou Évora ou Faro. Não queremos um Alentejo despovoado ou uma Beira eternamente à espera daquilo a que tem direito, quando afinal todos contribuímos para a formação do Produto Nacional Bruto e para a receita fiscal.

6. Quem tem medo de uma estrutura intermédia entre o Poder Central e os Muni-

cípios?

- Os municípios ficam a ganhar pela obtenção de consensos a nível local;

- Os empresários poderão agora, com mais legitimidade, reivindicar uma maior fatia do orçamento nacional e comunitário, para projectos de interesse local ou até nacional, lutando por critérios de escolha segundo padrões de desenvolvimento comunitário.

- Os sindicatos terão a oportunidade de se juntar aos parceiros locais de maior prestígio, renovando-se enquanto agentes indispensáveis do Portugal democrático.

- O cidadão em geral não deve temer qualquer agravamento de impostos, pois estes são matéria da competência do Governo.

- As escolas, desde o pré-escolar às universidades, só têm a ganhar. Que o digam os gestores das escolas que lutam por mais um computador, um laboratório ou mesmo a simples ligação Escola-Empresa (em muitos casos inexistente). Um ensino activo implica maior ligação ao meio e a regionalização é mais um passo nesse sentido.

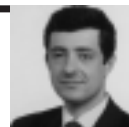
- Os hospitais são o reflexo do subdesenvolvimento forçado das regiões e estas merecem mais e melhores condições, para melhor servirem o utente.

- A classe política poderá contar com a ajuda e empenho de outras pessoas, que localmente lutam pela defesa dos direitos das populações e amam as suas regiões. Se não se lutar tudo ficará como dantes ou pior.

- Os estudantes e jovens queixam-se da falta de empregos, mas podiam pensar nisto: em vez de se sujeitarem a empregos de sobrevivência, por que não lutam por aquilo em que acreditam, levando para a província as suas ideias válidas e procurando construir a sua vida num ambiente mais livre e criativo?

Em Lisboa também há muitos jovens fartos da falta de «espaço» para os seus projectos e alguns já perderam o gosto pela vida, com tanta coisa boa que podem fazer pelos outros. Fazem-me lembrar aqueles jovens desmotivados que vivem em casas degradadas nas grandes cidades do mundo e estão à espera que o Estado continue a sustentá-los com subsídios, como acontece em Nova Iorque (defendo obviamente o Rendimento Mínimo Garantido para quem não conseguir encontrar outra solução para a sua vida).

- «Vem aí a luta entre regiões» é um argumento precipitado, pois a regionalização é há muito desejada por aqueles que querem desenvolver o nosso país, independentemente da sua filiação partidária. Governo e oposição deveriam dar as mãos num projecto, como este, que interessa a todos. Se o «sim» às regiões ganhar, estou certo de que a actual oposição ao Governo também irá beneficiar desta reforma do Estado. Não vamos voltar ao tempo de D. Afonso Henriques, estamos, felizmente, numa fase mais evoluída e queremos todos participar numa Europa com valores e civilização de 1º nível.



A CONTA QUE DEUS FEZ

A ilusão centralista pode conduzir à cegueira! É mesmo possível que alguns dos cidadãos portugueses que estão firmemente convencidos a votar não no referendo de Novembro ainda não se tenham apercebido de que o máximo que conseguirão se esse gesto triunfar é reduzir a regionalização em Portugal a três regiões político-administrativas, Continente, Açores e Madeira.

Do ponto de vista do ordenamento europeu e das políticas de coesão, Portugal ficará reduzido a três pólos equivalentes à Andaluzia, à Baviera ou à Sicília. O temido Alberto João, com que o centralismo renitente assusta as massas, será promovido a pilar da «troika» e grande rosto visível das regiões portuguesas. Não é, aliás, ocasional a súbita mudança de campo de batalha deste coronel de grande manha e sabedoria política.

Eu por mim, ainda que assumidamente católico, recuso neste caso a conta que Deus

fez! Prefiro que o meu país tenha oito regiões administrativas e duas político-administrativas, sobrando pujante uma nação que enquadra, une e potencia as suas regiões. Não é mais insistir no óbvio! Não há uma ordem mundial estável e estruturada, mas há esboços e referências que se evidenciam. Uma delas é a dupla polaridade entre a dimensão nacional e a dimensão local por um lado, e a dimensão supranacional e regional, por outro.

É por isso que algumas evidências se justificam. Por exemplo, a evidência da forte correlação entre descentralização e riqueza que podemos identificar no espaço europeu. Ou ainda essa outra evidência de não haver notícias nem história de qualquer movimento consistente de recuo e regresso ao passado nos países que deram o passo para uma organização de base regional.

Será por acaso que o Fundo Monetário Internacional, supremo guardião do «pensamento único» e da actual repartição mundi-

al do trabalho, se pronuncia contra a irreverência modernizadora do governo português no que diz respeito ao modelo administrativo? O que diriam os pretensos nacionalistas radicais se o parecer do FMI fosse contrário e divulgado nas primeiras páginas dos nossos semanários? Intolerável ingerência no mínimo!

Muito parecem não terem percebido a lição de Ricardo! Foram certamente descendentes dos negociadores do tratado anglo-português que nos fechou as portas da industrialização atempada, aqueles que encheram as primeiras filas das audiências embevecidas quando Porter nos veio propor que deixássemos as novas tecnologias ao cuidado de quem sabe e fizéssemos o que sempre fizemos e que agora abanam a cabeça aos senhores do mundo que nos querem acomodados no limbo dos mercados emergentes.

Há reformas que não se podem fazer em desespero. A descentralização administra-

tiva em Portugal tem tanto mais hipóteses de ser bem sucedida, quanto mais corresponder a uma dinâmica proactiva e menos a uma qualquer mezinha para situações difíceis e becos sem saída. O bom governo e a boa conjuntura são os grandes aliados das reformas na sua concretização, mas são também os seus grandes inimigos no resultado imediato das disputas referendárias.

Haja pois lucidez na escolha! Uma escolha entre três, dez ou um número intermédio de regiões administrativas ou político-administrativas. O sinal que os portugueses derem no referendo de Novembro marcará indelevelmente o nosso futuro colectivo. Recorrendo ao léxico de Manuel Maria Carrilho, espero que seja um sinal assumidamente pós-divino, ou seja, uma manifestação pós-dogmática e iluminada, confiante na virtualidade dos processos e na capacidade dos homens.

In «Diário Económico»

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

– O secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, recebeu, no dia 2, no Palácio de São Bento, em Lisboa, o relatório da Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga.



O documento prepara-se para ser submetido pelo Governo a discussão pública, por forma a ser possível uma recolha de sugestões e servindo de base para a aprovação, até ao final do ano, por resolução de Conselho de Ministros, da estratégia de luta contra o tráfico e consumo de substâncias estupefacientes.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

– O secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, participou, no dia 4, no Jardim do Casino Estoril de Cascais, nas comemorações do Dia Municipal do Bombeiro. Recorde-se que o Executivo camarário de Cascais deliberou fixar, a partir deste ano, a data de 4 de Outubro como o Dia Municipal do Bombeiro, considerando a actividade desenvolvida pelos soldados da paz na segurança e bem-estar de todos os municípios.



A Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (PSP), o anteprojecto de lei sindical e o projecto do Estatuto do Pessoal da PSP foram, no dia 2, motivo para reunião entre o secretário de Estado da Administração Interna, Luís Parreirão, e todas as Associações Profissionais da Polícia.

AVEIRO

– O governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, presidiu, no dia 1, à assinatura de dois protocolos de cooperação e de financiamento, a celebrar entre a Direcção-Geral de Viação e o Governo Civil de Aveiro, por um lado, e as câmaras municipais de Águeda e de Arouca, por outro. Os referidos documentos referem-se a ac-

ções a desenvolver pelos municípios em questão no domínio da segurança rodoviária.

EDUCAÇÃO

– O ministro da Educação, Marçal Grilo, e o reitor da Universidade de Coimbra, assinaram, no passado dia 1, em Lisboa, um contrato-programa que garante um financiamento compensatório superior a um milhão e meio de contos à Universidade de Coimbra.



Assim, uma verba de 400 mil contos será entregue ao estabelecimento de ensino superior em questão antes do final do ano. O apoio financeiro previsto no contrato-programa destina-se aos chamados estabelecimentos anexos da Universidade de Coimbra, assegurando a esta instituição um financiamento extraordinário que atingirá, até ao ano 2002, um valor global de 1 560 milhares de contos.

EQUIPAMENTO

– O ministro do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, presidiu, no dia 4, em Santo Tirso, à cerimónia oficial de inauguração da nova estação ferroviária local.

PRODUÇÃO AGRO-ALIMENTAR

– O secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar, Cardoso Leal, deslocou-se, a partir do dia 1 e até ao dia 3, a Tróia, para estar presente nas sessões de abertura e encerramento do IV Congresso Internacional do Sector Alimentar e de Bebidas, que se realizou no empreendimento da Torralta. No dia 2 Cardoso Leal visitou Santarém e Torres Novas, onde presidiu à sessão solene de inauguração da «Lusoflora'98» e à da XIII Feira Nacional dos Frutos Secos, respectivamente.

FARO

– O governador civil de Faro efectivou, no dia 1, a entrega oficial de viaturas à Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana em diferentes locais da região algarvia, nomeadamente Vila Real de Santo António, Tavira, Quarteira e Lagos.

SÁUDE

– A ministra da Saúde, Maria de Belém, inaugurou, no dia 2, em Coimbra, o Serviço de Infecto-Contagiosas do Hospital Universitário. No mesmo dia a governante deslocou-se a Figueiró dos Vinhos onde presidiu à cerimónia inaugural do Centro de Saúde local.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

– O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, e a presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela, estiveram presentes, na passada quinta-feira, dia 1, no lançamento do selo do artesanato do referido concelho. Tratou-se de uma iniciativa que certificou com um selo de qualidade os primeiros 25 artesãos a merecerem tal galardão, corolando assim o trabalho que tem sido desenvolvido, durante os últimos anos, entre o município e os artesãos do concelho.

O lançamento do selo do artesanato integrou-se na agenda do dia de abertura ao público da ExpoSintra – Feira de Activida-



des Económicas de Sintra. No dia 2, Ferro Rodrigues participou no acto de abertura da «ExpoAbrantes».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 1 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que define um período de justo impedimento relativamente a residentes nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, bem como a serviços da Administração Regional e a serviços da Administração directa, indirecta e autónoma, quando localizados nessas ilhas;
- Um decreto-lei que aplica com especialidades o disposto no decreto-lei n.º 312/90, de 2 de Outubro, aos prédios situados nos concelhos sediados nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, que foram afectados pela crise sísmica de Julho de 1998, ou que venham a ser necessários ao esforço de reconstrução promovido pelo Governo Regional dos Açores;
- Um decreto-lei que institui um regime de isenção de emolumentos notariais e registrais sobre imóveis ou móveis, nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge;
- Um decreto-lei que permite ao Governo Regional dos Açores celebrar contratos administrativos de provimento para categorias de acesso ou de ingresso nas carreiras integradas no grupo de pessoal técnico e técnico superior;
- Um decreto-lei que aprova a intervenção do Estado nas actividades cinematográficas, audiovisual e multimédia, nos aspectos relacionados com as atribuições específicas do Ministério da Cultura;
- Um decreto-lei que aprova a orgânica do Instituto do Cinema, do Audiovisual e do Multimédia (ICAM);
- Um decreto-lei que aprova a criação de um órgão de natureza consultiva do Governo nos sectores do cinema, audiovisual e multimédia;
- Um resolução que aprova o relatório final da comissão interministerial para o Plano de Acção Integrada para a Educação Sexual e Planeamento Familiar;
- Uma resolução relativa à participação de Portugal na Exposição Mundial de Hanôver;
- Um decreto-lei que estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias;
- Uma resolução que cria uma Sociedade de Capitais Públicos destinada a promover a imagem de Portugal no exterior;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 121/98, de 8 de Maio, que transpõe para o ordenamento jurídico interno as directivas 95/2/CE e 96/85/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, respectivamente, de 20 de Fevereiro de 1995 e de 19 de Dezembro de 1996, que estabelecem as condições a que deve obedecer a utilização dos aditivos alimentares com excepção dos corantes e dos edulcorantes;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Conselho Superior de Arquivos;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 149/98, de 25 de Maio, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto Português das Artes do Espectáculo;
- Um decreto-lei que estabelece as condições e consequências da falta de comunicação às instituições de Segurança Social da contratação de novos trabalhadores, quer para as entidades empregadoras, quer para os trabalhadores;
- Um decreto regulamentar que altera o artigo 27º do Estatuto da Cruz Vermelha Portuguesa, aprovado pelo decreto regulamentar n.º 10/93, de 27 de Abril;
- Uma resolução que autoriza a aquisição pelo IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) de um imóvel, sito em Vila Franca de Xira, na Rua Dr. Manuel d'Arriaga, n.ºs 29 a 35, com vista à reinstalação do Centro de Emprego de Vila Franca de Xira;
- Uma resolução que autoriza a Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores a adquirir dois imóveis situados na cidade e concelho de Lisboa;
- Uma resolução que nomeia António José da Graça Carneiro Jacinto vogal do Conselho de Administração do ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal por urgente conveniência de serviço.

CAPOULAS GARANTE CONTINUIDADE DA POLÍTICA AGRÍCOLA

O Presidente da República, Jorge Sampaio, empossou, no passado sábado, dia 3, em Lisboa, a nova equipa ministerial para a Agricultura, chefiada pelo camarada Capoulas Santos e que integra ainda José Apolinário, Luís Vieira e Vítor Barros. Na cerimónia, realizada no Palácio de Belém, estiveram presentes as mais altas individualidades políticas, militares e judiciais portuguesas.

Os decretos presidenciais de nomeação dos novos governantes foram promulgados também no passado sábado, de acordo com o secretário-geral da Presidência da República, José Vicente de Bragança.

Depois do juramento de posse, seguiu-se a cerimónia de apresentação de cumprimentos das várias dezenas de pessoas que assistiram ao acto.

Recorde-se que na sequência de uma crise cardíaca o ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas cessante, Gomes da Silva, foi aconselhado pela equipa médica que o acompanhou a proceder de imediato a um repouso absoluto, facto pelo qual o ex-governante pediu para ser exonerado das suas responsabilidades no Ministério da Agricultura.

Depois de enviar uma palavra de solidariedade para com Gomes da Silva, e no final da cerimónia de investidura na função de ministro da Agricultura, Capoulas Santos frisou que «o programa do Governo para o sector continuará a ser executado» e «cumprido cabalmente até ao fim» do actual mandato.

Para já, Capoulas Santos referiu que vai «começar a trabalhar empenhadamente para minorar os efeitos terríveis deste ano agrícola», no que disse contar «com o apoio dos agricultores que o são verdadeiramente». Em relação ao problema das «vacas loucas», Capoulas Santos deixou a garantia de que não hesitará «em gastar os meios necessários para defender a saúde» dos cidadãos.

Perfis...

O recém-empossado ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, tem um *curriculum* profissional desenvolvido no interior do ministério que agora superintende.

Luís Manuel Capoulas Santos nasceu em Montemor-o-Novo a 22 de Agosto de 1951, tendo-se licenciado em Sociologia.

Em 1977, foi responsável pelo comissariado para o Emprego Rural na Zona de Intervenção da Reforma Agrária instituído no âmbito da Secretaria de Estado da Estruturação Agrária e um ano depois era o director do centro regional da Reforma Agrária de Évora.

Ainda em Évora, no mesmo ano, torna-se o responsável distrital pelos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, cargo



que exerce até 1980, ano em que ascende a Chefe de Divisão da DRAA, onde se mantém por quatro anos.

De 1980 a 1991, foi director de serviços da DRAA, sendo gestor de vários programas e projectos de desenvolvimento rural.

Exerceu o cargo de vereador da Câmara de Montemor-o-Novo (1976/79) e membro da respectiva Assembleia Municipal (1980/95), ao mesmo tempo que desempenhava cargos partidários no PS na Concelhia de Montemor, na Comissão Política distrital de Évora e no seu Secretariado Federativo. Desde 1985 é membro da Comissão Nacional do PS, tendo ascendido desde 1992 à Comissão Política.

Eleito deputado em 1991, foi reeleito em 1995, exercendo a função de coordenador do PS na Comissão Parlamentar da Agricultura e porta-voz parlamentar para os assuntos agrícolas entre 1993 e 1995.

Neste último ano foi escolhido para o cargo de secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, no ministério de Gomes da Silva.

Na gestão da Secretaria de Estado, Capoulas Santos introduziu os sistemas de coloração e marcação do «gasóleo verde» e os sistemas de controlo e de combate à fraude com aquele produto.

Foi com o camarada Capoulas Santos que foram desbloqueados os pagamentos das indemnizações da reforma agrária, decorrentes das ocupações e expropriações de terra ocorridas em 1975.

É ainda sob a orientação do então secretário de Estado da Agricultura que surge a nova lei da caça e que é criado o Corpo Nacional de Guardas Florestais.

À frente do Ministério da Agricultura,

Capoulas Santos conta com a colaboração da sua equipa de secretários de Estado, da qual fazem parte José Apolinário, Luís Vieira, e Vítor Barros.

Pescas

José Apolinário Nunes Portada, empossado como de secretário de Estado das Pescas, exercia as funções de vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista Europeu.

Nascido a 22 de Julho de 1962 em Pechão, Olhão, José Apolinário era desde Fevereiro de 1993 deputado ao Parlamento Europeu, onde desempenhou a função de questor entre Outubro de 1995 e Janeiro de 1997.

Presidente da Federação do PS do Algarve desde Janeiro de 1993, José Apolinário foi líder da JS e presidiu à Mesa do Congresso daquela organização, tendo sido membro das comissões de candidatura à Presidência da República de Mário Soares e de Jorge Sampaio.

Na Assembleia da República, para onde foi eleito pelo círculo do Algarve, José Apolinário participou nas Comissões da Juventude e de Petições.

Modernização Agrícola e Qualidade Alimentar

Luís Medeiros Vieira, empossado no cargo de secretário de Estado da Modernização Agrícola e Qualidade Alimentar, é licenciado em Finanças e integrou vários grupos de trabalho criados no âmbito do sector agrícola e agro-alimentar.

Nascido a 22 de Setembro de 1951, em Vassal, Valpaços, Luís Vieira pertencia des-

de meados de 1996 ao Conselho de Administração do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP).

Luís Vieira iniciou a sua carreira na ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários em 1975, onde desempenhou diversas funções até 1989, quando foi nomeado para o cargo de director de serviços do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (Inga).

Em Outubro de 1995 foi requisitado para exercer o cargo de adjunto do secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Desenvolvimento Rural

Vítor Manuel Coelho Barros, empossado como secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, exerceu funções de investigador principal e de professor convidado em áreas científicas ligadas ao sector agrícola e alimentar.

Nascido a 18 de Maio de 1950 em Viseu, o engenheiro agrónomo Vítor Barros licenciou-se em 1975 no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, tendo prestado provas públicas para acesso à categoria de investigador auxiliar em 1990.

Vítor Barros desempenhou funções nos sectores do Desenvolvimento Agrícola e Rural, da Análise de Sistemas de Agricultura e sua Modernização, da Economia Agrária e Sociologia Rural e do Ensino e Formação Profissional Agrícola.

Autor de mais de três dezenas de trabalhos publicados, Vítor Barros era director-geral de Desenvolvimento Rural desde Junho de 1996.

MJR

DEPUTADO JOÃO RUI DE ALMEIDA

Conferência da União Interparlamentar

URGENTE ACABAR COM AS AGRESSÕES AOS OCEANOS



«Os Oceanos são um bem inestimável ao qual não temos dado a devida e merecida atenção. É altura, e faço votos para que não seja tarde de mais, de reflectirmos sobre as permanentes agressões que diariamente fazemos aos Oceanos, pon-do em causa a biodiversidade das áreas marinhas e os seus ecossistemas», afirmou em Moscovo o deputado socialista João Rui de Almeida, na intervenção que efectuou na 100ª Conferência da União Interparlamentar (UIP), que decorreu de 7 a 11 de Setembro.

A intervenção de João Rui de Almeida foi um verdadeiro grito de alerta às consciências para a necessidade urgente de acabar com as agressões feitas aos Oceanos.

Na sua intervenção, o deputado socialista lembrou que as Nações Unidas, por proposta de Portugal, designaram o ano de 1998, como o Ano Internacional dos Oceanos, tendo sido criada uma Comissão Mundial Independente para os Oceanos, presidida por «um português grande prestígio internacional» que é Mário Soares, e ainda que Lisboa acolheu a última exposição mundial do milénio, que decorreu sob o tema «Os Oceanos - Um património para o Futuro», salientando, a propósito, que «milhões de pessoas vindas dos vários cantos do mundo têm tido a oportunidade de contactar com esta importante e actual temática dos Oceanos».

«Portugal orgulha-se de ter organizado tão importante exposição de âmbito mundial, passados que vão 500 anos da descoberta do caminho marítimo para a Índia, por nave-

gadores portugueses capitaneados por Vasco da Gama», sublinhou.

Outro importante acontecimento referido por João Rui de Almeida foi a realização este ano em Portugal, em Sintra, da importante reunião da Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (OSPAR). Reunião onde, lembrou, os ministros responsáveis pelo Ambiente dos 15 países da OSPAR «chegaram a um acordo histórico». Assim, segundo salientou, «passa a ser proibido, a partir de Fevereiro de 1999, abandonar ou afundar plataformas petrolíferas e de gás fora de uso».

Por outro lado, segundo referiu João Rui de Almeida, «foi também decidido, entre outras matérias, diminuir drasticamente até ao ano 2002 os despejos no mar de substâncias radioactivas e perigosas, passando mesmo a ser proibido o uso do tributil de estanho (TBT) usado nos navios».

Para João Rui de Almeida, estes três grandes acontecimentos de âmbito internacional «revestem-se da maior importância para um alerta das consciências para a necessidade urgente de acabar com as agressões feitas aos Oceanos».

João Rui de Almeida considerou ainda, na sua intervenção, que «a interdependência entre a atmosfera e os oceanos é um tema central de reflexão e debate», salientando que «o buraco do ozono, o efeito estufa e as alterações climáticas são verdades duras que nos obrigam a reflectir».

«Os Oceanos têm vida, dão vida e são vida. Não os matem, porque estão a matar a vida», disse ainda.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO BALTAZAR MENDES

Expo-98

EVENTO PERMITIU UM VERDADEIRO SALTO CULTURAL



«A Expo permitiu um verdadeiro salto cultural com todas as consequências que isso implica. Os cidadãos são hoje mais exigentes com a qualidade, não se conformando com a mediocridade ou a precariedade dos serviços que lhes são prestados. Exigem cada vez mais.» A afirmação é do deputado do PS Nuno Baltazar Mendes e foi proferida no dia 30 de Setembro na Assembleia da República.

Numa intervenção centrada na Expo-98, Nuno Baltazar Mendes reafirmou que a última exposição mundial do milénio «foi um projecto de Portugal e dos portugueses, que demonstrou de forma clara e inequívoca a nossa capacidade de concretização de um grande projecto».

Segundo realçou, a Expo-98 «constituiu um grande acontecimento cultural, científico, turístico, para além da sua importante mensagem humanista».

«O seu tema "Os Oceanos - um património para o futuro" acabou por ser um desafio para toda a humanidade», acrescentou.

Para o deputado do PS, «a Expo não foi fruto do acaso tal como não o foram a adesão à moeda única e o crescimento económico do nosso país». Sublinhando que «este ciclo caracterizado pela criatividade, inovação e qualidade não terminou», sustentou que «na viragem do século o nosso desafio é contra a inveja e a mediocridade. A Expo é um exemplo magnífico daquilo de que os portugueses são capazes de conseguir».

Não obstante, frisou, «a Expo-98 não se

esgotou em torno dos diferentes acontecimentos culturais e científicos, já que contribuiu também de forma determinante para a projecção de Portugal como Estado responsável e activo perante a comunidade internacional nos domínios educativo, cultural e científico da protecção dos Oceanos».

Numa abordagem sobre o pós-Expo, Nuno Baltazar Mendes disse ter consciência que «o mais difícil vai agora começar».

Elevados padrões de qualidade

«O pós-Expo-98 é absolutamente decisivo para a consolidação de todo o projecto de reconversão e de reabilitação que lhe está associado», disse.

«Apesar do enorme esforço feito até aqui e dos brilhantes resultados conseguidos», o deputado do PS considerou que «temos agora perante nós o grande desafio, aquele que vai decerto permitir o grande salto em frente, quer quanto à execução do plano de urbanização, quer quanto à consolidação dos laços afectivos entre os cidadãos e essa zona e a sua integração no território dos concelhos de Lisboa e Loures».

«O desafio começa a ganhar-se amanhã», acrescentou.

«A Expo-98, frisou, vai agora deixar de ser dos visitantes para passar a ser de todos os cidadãos».

Segundo Nuno Baltazar Mendes, «se conclusão importante pode ser retirada da Expo-98, ela é, indubitavelmente, a de que o Portugal moderno que as pessoas querem, é um Portugal que tenha os elevados padrões de qualidade que a Expo evidenciou».

J. C. CASTELO BRANCO

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 8

A Assembleia da República reúne, hoje, a partir das 15 horas, para a discussão conjunta de quatro propostas de lei governamentais e um projecto de resolução do CDS/PP. A proposta de lei 187/VII autoriza o Executivo a legislar sobre o exercício da liberdade sindical dos trabalhadores da administração pública e direitos das Associações Sindicais. O diploma governamental 189/VII estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado e da administração regional, bem como com as necessárias adaptações, dos institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados ou de fundos públicos.

Autorizar o Governo a criar leis que regulamentem a estruturação das carreiras da Administração Pública é o objectivo central da terceira proposta de lei governamental, enquanto a quarta visa autorizar o Executivo a legislar sobre o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da função pública.

Por seu turno, o projecto de resolução dos «populares» prevê garantir o direito à educação sexual e o acesso ao planeamento familiar.

As votações regimentais acontecerão, sensivelmente, pelas 18 horas.

Sexta-feira, dia 9

O Parlamento debate, amanhã, a partir das 10 horas, quatro propostas de resolução da iniciativa do Governo.

A primeira aprova, para ratificação, a convenção n.º 159 da Organização Internacional do Trabalho, respeitante à readaptação profissional e ao emprego de deficientes.

A segunda aprova, para ratificação, o instrumento de emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adoptado pela Conferência na sua 85ª sessão, realizada em Genebra, no dia 19 de Junho de 1997.

Aprovar para ratificação a Convenção n.º 139 da já referida organização, sobre a prevenção e o controlo dos riscos profissionais causados por substâncias e agentes cancerígenos, bem como as medidas sobre a segurança na utilização do amianto são os objectivos visados, respectivamente, pela terceira e quarta proposta de resolução do Executivo a serem apreciadas no hemiciclo de São Bento.

SEGURANÇA INTERNACIONAL

Aprovada participação

PORTUGAL NA EUROPOL

A Assembleia da República aprovou, na sessão plenária do passado dia 1, apenas com os votos contra do PCP e PEV, a proposta de lei do Governo que define a participação de Portugal na Europol (serviço europeu de polícia).

Os deputados aprovaram, na generalidade, a proposta de lei do Executivo socialista que altera o Estatuto do Jornalista. O diploma passou com os votos favoráveis do PS, PCP e PEV e as abstenções do PSD e CDS-PP.

Em votação final global foram aprovadas as autorizações legislativas para o Governo alterar o decreto-lei relativo às Taxas Contributivas dos Regimes de Segurança Social e para estabelecer o regime fiscal relativo ao Imposto sobre o Alcool Etílico e as Bebidas Alcoólicas.

Ainda aprovado, em votação final, foi o texto final da Comissão dos Assuntos



Constitucionais, baseado num diploma do Executivo, sobre o tratamento dos dados pessoais e a protecção da privacidade no sector.

DIA MUNDIAL DO PROFESSOR *Ministério da Educação realça*

O «PAPEL CENTRAL» DA DOCÊNCIA

O Ministério da Educação, a propósito do Dia Mundial do Professor, saudou, na passada terça-feira, todos os educadores e professores, destacando o «papel central» que eles desempenham na «construção de uma escola democrática e de qualidade».

«A afirmação desta escola democrática e de qualidade passa pelo reforço da autonomia dos estabelecimentos de educação e ensino, em nome da prestação de um melhor serviço público», lê-se numa mensagem do ministério da 5 de Outubro.

Subscrito pelo ministro da Educação, Marçal Grilo, e pelos secretários de Estado da Administração Educativa, Oliveira Martins, do Ensino Superior, Jorge Silva, e da Educação e Inovação, Ana Benavente, o documento acrescenta: «Pretende-se, desse modo, contribuir para a construção da confiança numa escola aberta e exigente, identificando os saberes estruturais e assegurando o direito ao conhecimento, à cultura e à educação cívica.»

No texto merece especial referência a importância que assume o trabalho desenvolvido pelos docentes nos primeiros anos de escolaridade, como sublinha a UNESCO a propósito do Dia Mundial do Professor.

Assim, o profissional da educação e formação é cada vez mais encarado enquanto «elemento fundamental para a construção de bases sólidas para as aprendizagens futuras».

«Esquecidos ao longo de décadas, o 1º ciclo e a educação pré-escolar constituem hoje preocupação central da equipa do Ministério da Educação, que se materializa quer no investimento para o reforço da sua qualidade pedagógica, quer na consagração da licenciatura como formação de base para todos os educadores e professores», afirma-se na mensagem.

Com o objectivo de «valorização e dignificação da profissão docente», o ministério chefiado por Marçal Grilo refere



que tem desenvolvido «um conjunto de acções consideradas prioritárias», salientando a revisão dos estatutos das carreiras docentes.

«Por outro lado, temos procurado desenvolver uma intervenção estratégica na política de formação de professores, nas suas várias valências: inicial, contínua e especializada», acrescenta o texto do ministério.

Segundo a mensagem, «a estabilidade profissional dos docentes tem constituído, de igual modo, preocupação central do Ministério da Educação, que refere também a «necessidade de se darem passos para a construção de soluções que de, modo gradual, permitam ir reduzindo a duração de uma carreira considerada excessivamente longa».

A mensagem sublinha ainda as medidas já adoptadas nos últimos dois anos lectivos em matéria de política educativa, designadamente o alargamento dos quadros e a possibilidade de fixação de docentes em escolas que desenvolvem projectos de enriquecimento educativo.

O texto termina com os votos da equipa do Ministério da Educação de êxitos profissionais e pessoais no ano lectivo de 1998/99 a todos os docentes do País.

MJR

RELATÓRIO

Sexologia

ACÇÃO INTEGRADA PARA EDUCAÇÃO EM MARCHA

O Conselho de Ministros deliberou, no dia 1, em favor de uma resolução que aprova o relatório final da comissão interministerial para o Plano de Acção Integrada para a Educação Sexual e Planeamento Familiar.

O relatório passa em revista um significativo conjunto de acções, muitas delas de natureza intersectorial, já implementadas, no domínio da educação sexual e do planeamento familiar, pelos Ministérios da Saúde, da Educação, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade, e ainda pela Secretaria de Estado da Juventude.

O texto destaca, ainda, os objectivos considerados prioritários neste domínio, e sublinha, por outro lado, as múltiplas acções concretas a desenvolver, a curto e médio prazo, pelos ministérios envolvidos, atribuindo a cada um deles, de forma explícita, responsabilidades de coordenação em determinadas áreas.

Dada a natureza definida das acções a desenvolver e a determinação de prazos para a implementação de muitas delas, a resolução aprovada determina, também, que se faça uma avaliação do Plano de Acção, em Setembro de 1999.

ENSINO

Pedagogia ambiental

PELA SENSIBILIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

Sensibilizar as crianças do ensino básico para as questões ambientais é o objectivo de um protocolo assinado, no passado dia 1, entre os ministérios da Educação e do Ambiente.

O protocolo visa uma colaboração dos dois organismos para a organização de programas e acções destinadas à educação ambiental em dois domínios: protecção e gestão da água com vista a um aproveitamento sustentável dos recursos hídricos e diminuição da produção dos resíduos e sua valorização.

Ao abrigo do acordo, os ministérios desenvolverão iniciativas direccionadas para a gestão das águas e resíduos com o objectivo de apoiar as escolas no processo de elaboração dos respectivos projectos educativos.

O Ministério da Educação compromete-se a divulgar os objectivos estratégicos do Plano Nacional da Água e do Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos no âmbito da revisão curricular do ensino básico.

Ao gabinete governamental do Ambiente cabe a responsabilidade de pôr à disposição todos os elementos disponíveis ao desenvolvimento das acções, designadamente para a produção de guias orientadores para docentes e ainda de outros materiais adaptados aos diferentes ciclos do ensino básico.

Ainda no âmbito do acordo será criado um grupo de trabalho, constituído por dois elementos designados por cada um dos ministérios, que fará o acompanhamento de um plano de acção para concretizar os objectivos previstos no protocolo.

AUDIOVISUAL

Comunicação e linguagens

ESTADO AGE NO AUDIOVISUAL E MULTIMÉDIA

O Governo deu luz verde a três diplomas relativos ao sector do cinema, do audiovisual e do multimédia.

O primeiro dos decretos-lei aprova a intervenção do Estado nas actividades cinematográfica, audiovisual e multimédia, nos aspectos relacionados com as atribuições específicas do Ministério da Cultura pretendendo-se, com ele, dar uma resposta mais adequada às necessidades de uma área que, para além da evolução acelerada que conheceu nos últimos anos, viu emergir uma nova realidade - o multimédia - com largos pontos de contacto com o cinema e o audiovisual.

O diploma assenta numa filosofia de cooperação interministerial com vista ao exercício de regulação e fomento destes sectores, definindo três eixos para a sua concretização: nos domínios da criação de novos públicos, escolas e formação profissional (com os Ministérios da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social); no domínio da consolidação e desenvolvimento do tecido económico (com o Ministério da Economia e com a Secretaria de Estado da Comunicação Social) e no domínio investigação e desenvolvimento artístico e tecnológico (com o Ministério da Ciência e da Tecnologia).

Conteúdos culturais com novo órgão de gestão

O segundo decreto-lei aprovado pelos ministros consagra a orgânica do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM), definindo as suas atribuições e a sua estrutura orgânica - os seus órgãos e unidades orgânicas e respectivas competências - bem como o regime do pessoal a ele afecto.



O ICAM, que substitui o IPACA, assume a forma de um instituto público dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, com património próprio, possuindo os serviços necessários para a execução das suas atribuições e competências nas áreas do cinema, do audiovisual e do multimédia, no quadro de uma política integrada para o sector, nomeadamente no que respeita ao apoio à criação e difusão artística e ao fomento das indústrias de conteúdos culturais.

O ICAM terá por objectivo afirmar a identidade cultural, e a diversidade nos domínios do cinema, do audiovisual e do multimédia, apoiando a inovação e a criação artística fortalecendo a indústria de conteúdos, e a promoção da cultura e da língua portuguesas.

Por último, um terceiro diploma cria um órgão de natureza consultiva do Governo nos sectores do cinema, audiovisual e multimédia. Trata-se do Conselho Superior do Cinema do Audiovisual e Multimédia, que tem por objectivo colaborar na definição das linhas estratégicas para o sector.

TORRES COUTO PEDE REFORÇO DAS SANÇÕES À UNITA

O eurodeputado socialista Torres Couto defendeu no dia 24 de Setembro, em Bruxelas, que «a comunidade internacional e a UE devem reforçar as pressões e sanções à UNITA para que esta se conforme ao texto de Lusaca, prevenindo o fim precipitado do processo de paz e o retorno à guerra».

Na intervenção que efectuou na reunião da Assembleia Paritária ACP/UE, Torres Couto defendeu a manutenção de «uma forte presença em Angola da ONU enquanto se mantiver o clima de guerra e o apoio incondicional ao novo representante do secretário-geral das Nações Unidas, Issa Dialo».

Por outro lado, o eurodeputado socialista apelou também às autoridades de Luanda para que «revejam a sua posição de excluir o Governo de Unidade Nacional os ministros e vice-ministros da UNITA e suspender os 70 deputados até que a UNITA esclareça definitivamente se está ou não empenhada no processo de paz».

Numa outra intervenção sobre um país



lusófono, desta vez a Guiné-Bissau, Torres Couto defendeu que o Senegal deveria «retirar urgente e incondicionalmente as suas tropas», ficando as forças de interposição que no âmbito da CPLP e da CEDEAO irão assegurar a reconciliação nacional e a retoma da normalidade constitucional até à realização das eleições.

LISBOA ACOLHE ASSEMBLEIA DE CULTURAS

«Esta Assembleia de Culturas representa bem o que neste novo espaço da Expo se tem passado, o encontro de «muitas e variadas gentes», que coloriram este fechar de século em Lisboa, com a multicromia de tons de muitas paragens e nos ensurdecaram com o ruído de todos os diálogos porque espontâneos, livres e iguais, nas latitudes, nas longitudes e nas riquezas.» A afirmação é de Luís Marinho, vice-presidente do PE, e foi feita no dia 26, em Lisboa.

Luís Marinho falava na sessão de abertura da II Assembleia de Culturas da Europa,

que decorreu com o apoio do PE, nos dias 26 e 27 de Setembro, na capital.

Salientando que «a Europa dos Quinze não pretende dar lições ao mundo, por qualquer supremacia que a defina», o eurodeputado socialista sustentou que «o espaço europeu da União é, sem dúvida, uma referência de liberdade, tolerância e, como tal, com algumas excepções, que só confirmam a regra, uma zona de diversidade cultural e convergência ética».

Mas é-o, acrescentou, «porque a Europa aprendeu consigo própria, na dor e no seu sofrimento».

EURO E A PAIXÃO PELA EUROPA

O conhecido publicitário francês Jacques Ségula, responsável, entre outras, pela campanha presidencial de François Mitterrand sob o lema «A força tranquila», disse na semana passada, no PE, que «a melhor forma de fazer aceitar o euro é realizar uma campanha que reflecta a paixão pela Europa».

Jacques Ségula, que falava durante uma audição pública sobre a estratégia de informação e de comunicação sobre o euro, defendeu que a moeda deve ser apenas o

suporte para a afirmação do amor e de confiança na Europa.

Para o publicitário francês, a televisão e o cinema, por serem as «grandes fábricas de sonhos», deverão ser os principais veículos a utilizar.

Por sua vez, o publicitário alemão Reiner Zimmermann sugeriu que as campanhas fossem parcialmente financiadas pelas empresas, na medida em que o dinheiro está associado ao consumo, o qual tem características marcadamente transnacionais.

BANCO CENTRAL EUROPEU

O presidente do Banco Central Europeu, Wim Duisenberg, esteve na semana passada no PE para apresentar a lista das decisões tomadas desde que entrou em funções, com particular relevo para os trabalhos preparatórios da terceira fase da UEM.

Entre as realizações conta-se o projecto do Acordo do Banco Central sobre a substituição do mecanismo das taxas de câmbio por um novo quando se atingir a terceira fase da UEM, em 1 de Janeiro de 1999.

RELATÓRIO SOBRE A POLÍTICA CONTRA A CORRUPÇÃO

Um relatório sobre a política contra a corrupção na UE e outro sobre a independência da UCLAF (Unidade de Coordenação da Luta Antifraude) e um conjunto de relatórios sobre a estrutura e funcionamento do BCE são alguns dos relatórios em debate desde o dia 5 no plenário de Estrasburgo. O PE recebeu também o rei Juan Carlos de Espanha, numa cerimónia em que esteve presente o socialista Luís Marinho, vice-presidente do PE.

Por outro lado, o PE organizou uma conferência subordinada ao tema «As pessoas idosas no século XXI - uma nova etapa na vida», que contou com a participação do padre Vítor Milícias e dos camaradas Igrejas Caeiro e Manuel Jerónimo, secretário-

coordenador do MODERP

Na conferência participou também o comissário Flynn, responsável pelo Emprego e Assuntos Sociais.

As consequências políticas e sociais do euro e suas implicações para os trabalhadores e sindicatos foi o tema da intervenção do eurodeputado socialista Barros Moura, num seminário realizado nos dias 1 e 2 de Outubro, nos Açores.

«O euro e o turismo - oportunidades e estratégias para as empresas» é o tema de uma conferência organizada pela Comissão Europeia, que decorrerá no dia 16, em Bruxelas, e na qual participará a eurodeputada socialista Helena Torres Marques.

J. C. C. B.

CRÓNICA DE UMA VITÓRIA ANUNCIADA

Tal como todas as sondagens apontavam, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que fez alterar a Constituição para poder cumprir um segundo mandato, vai continuar a ser o inquilino do Palácio do Planalto.

O Tribunal Superior Eleitoral do Brasil confirmou no dia 5 a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, líder do Partido da Social-Democracia (PSDB), que segue à frente no escrutínio das eleições realizadas no domingo e alcança 51,23 por cento dos votos, contra 34 por cento do seu adversário mais directo, o candidato da esquerda, o ex-sindicalista Luís Inácio



«Lula» da Silva.

Este resultado evita a Fernando Henrique Cardoso (FHC), autor nos anos 60 do livro «Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional» e acusado agora de seguir uma política neoliberal, a necessidade de disputar uma segunda volta no próximo dia 25 de Outubro, pois a percentagem da sua votação é superior à soma de todos os seus rivais.

No passado domingo mais de 106 milhões de brasileiros foram às urnas para escolher o seu presidente e 58 por cento utilizaram o «voto electrónico» para renovar igualmente os mandatos de 1 627 eleitos federais e locais.

Embora as projecções indiquem que a tendência a favor do autor do Plano do Real é firme e se fortalecerá à medida que avançar a contagem dos votos, a coligação de esquerda que escolheu para candidato à presidência Luís Inácio «Lula» da Silva anunciou segunda-feira que não reconhecerá o triunfo do mandatário enquanto não estiver finalizado o escrutínio.

As projecções baseiam-se no escrutínio dos sufrágios já concluídos na zona Sul do país que, segundo coincidiram todas as sondagens, era o bastião eleitoral de Lula e onde a aliança de esquerda tinha depositado a grande maioria do seu apoio eleitoral.

40 ANOS DEPOIS

Humberto Delgado

UM COMBOIO CHAMADO LIBERDADE

«Eu quero ser Presidente da República de um regime provisório e ir-me embora! Porque eu sou contra a tropa metida em política.»

«Os esbirros do Governo, como têm visto, andam a chamar-nos subversivos nos jornais e a tratar-nos na via pública como malfeteiros.»

«Há uma coisa que eu quero jurar aqui. Eu estou pronto a morrer pela liberdade.»

General Humberto Delgado

Comício em Chaves, 22 de Maio de 1958

Resistentes antifascistas, capitães de Abril, democratas de vários quadrantes, membros do Governo e o Presidente da República, Jorge Sampaio, foram algumas das personalidades que viajaram no dia 3 no «Comboio da Liberdade», que fez um trajeto Lisboa-Porto de memória cívica, evocando a jornada de há 40 anos de Humberto Delgado.

O «General sem Medo» voltou assim, no dia 3, a reunir milhares de pessoas, do Porto a Lisboa, que quiseram saudar o «Comboio da Liberdade», deslocando-se às estações da CP onde as paragens estavam previstas.

Em cada estação, autoridades locais e populares associaram-se ao evento, símbolo da histórica viagem de Humberto Delgado no «comboio-foguete» Porto-Lisboa,



que marcou a sua memorável campanha eleitoral em 1958.

No fim da viagem do «Comboio da Liberdade», em Santa Apolónia, onde há 40 anos, não obstante o clima de repressão imposto pelos esbirros da PIDE e da Legião, Humberto Delgado foi recebido em delírio pelo povo de Lisboa, o Presidente da República, Jorge Sampaio, numas breves e sentidas palavras, evocou a memória do «General sem Medo» e saudou todos aqueles que ao longo dos anos se bateram pela conquista da liberdade e da democracia.

O Presidente da República salientou que a viagem do «Comboio da Liberdade», cele-

brando o passado, deve ser sentida como algo do presente e do futuro.

Manter vivos os ideais da República

«Manter vivos os ideais da República» e «ter sempre energias renovadas para enfrentar e resolver os problemas» foram dois dos aspectos sublinhados por Jorge Sampaio, que estava acompanhado pelo presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, pelo primeiro-ministro, António Guterres, e pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares.

O «Comboio da Liberdade», cuja chegada

a Santa Apolónia foi saudada pelos aplausos de milhares de democratas presentes na estação e pelos acordes de quatro bandas de música e as vozes de um grupo coral, constituiu o ponto alto da celebração dos 40 anos passados sobre a campanha eleitoral do general Humberto Delgado que abalou a ditadura salazarista. No átrio da Estação de Santa Apolónia, o Presidente da República inaugurou depois uma exposição intitulada «Quiseram calar-nos... Não se assassina a liberdade» e que é constituída por um conjunto de painéis com as fotos e respectivas biografias de vintes figuras da cena internacional assassinadas na plenitude das suas vidas e que se destacaram pela luta em defesa da liberdade e dos valores democráticos.

De Allende a Luther King

Humberto Delgado, Martin Luther King, Ytzhak Rabin, Olof Palme, Mahatma Ghandi, Salvador Allende, Eduardo Mondlane, Indira Ghandi, Jean Moulin, Amílcar Cabral, Che Guevara e Federico Garcia Lorca são algumas das personalidades retratadas na exposição.

Além dos muitos populares que estavam à espera do «Comboio da Liberdade» na Estação de Santa Apolónia, marcaram também presença, entre outros, os ministros Jorge Coelho, Manuel Maria Carrilho, João Cravinho, os secretários de Estado Guilherme d' Oliveira Martins e Leonor Coutinho, vários deputados e a presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela.

J. C. C. B.

ELEIÇÕES DE 58

António Guterres

UM MOMENTO HISTÓRICO PROTAGONIZADO POR UM HERÓI



A História também se faz de exemplos e de heróis. Há 40 anos, Portugal vivia um momento histórico protagonizado por um Herói.

O General Humberto Delgado desafiava de frente e assustava a ditadura salazarista. Converteu-se assim, por mérito próprio da sua força interior e da sua coragem indomita, no verdadeiro herói português do século XX.

Há 40 anos, o «General Sem Medo» foi um exemplo marcante e ímpar de cidadania, de liberdade e de democracia para as gerações que protagonizaram essa Primavera de 1958. Foi-o também para os jovens de então, que perceberam como uma só pessoa, uma só figura, tocava e agitava as consciências. Mas sobretudo, Humberto Delgado é e deve continuar a ser um exemplo para os jovens de hoje. Evocar a sua viagem entre o Porto e Lisboa em 1958, num actual

«Comboio da Liberdade», é um acto simbólico e um dever sobretudo para com as gerações mais novas – aquelas que já nasceram em liberdade, e que merecem ter presente o exemplo dos que combateram para lhe dar.

Há 40 anos não havia liberdade, democracia, justiça ou solidariedade. Até àquelas eleições, nunca se realizara uma eleição presidencial em que as oposições fossem até às urnas. Ficavam a meio caminho, em arremedos de campanhas eleitorais que o regime de partido único consentia para dissimular a ditadura.

Há 40 anos António Sérgio propôs o nome de Humberto Delgado, convencido da força de uma candidatura de um militar no activo. Acertou em pleno.

O mais novo General da Força Aérea, iniciado no regime mas temperado depois na modernidade de vários anos em serviços da NATO, nas diplomacias de Washington

e nas tradições democráticas de Inglaterra, Humberto Delgado tinha um perfil e uma personalidade ímpares.

Inovou em conferências de Imprensa, num regime de notas oficiais. Anunciou que demitiria o ditador, obviamente. Mostrou que não tinha medo, e que ia até ao fim. Motivou um povo desmotivado. O seu carisma arrebatou multidões de portugueses, que despertaram então para a própria novidade da palavra Liberdade.

Com tudo isso, fez tremer o poder instalado. Depois de um comício impressionante no Porto, veio a Lisboa no Comboio da Liberdade, um comboio cheio de esperança e de orgulho pela grande revolução contra o medo. Aqui, foi obrigado a parar. Forças da repressão imobilizaram o candidato e impediram-no de subir a Avenida da Liberdade onde o povo de Lisboa o aguardava. O regime revelava ao mundo como as ruas de Portugal não eram livres e como as suas

eleições eram uma farsa.

O Comboio da Liberdade de hoje é uma homenagem aos homens e mulheres que se bateram pela liberdade e democracia que hoje caracterizam Portugal. 1958 deve ser uma data para celebrar e evocar, sempre que se fale em liberdade. Devemo-la a muitas portuguesas e portugueses. E um deles é obviamente Humberto Delgado, O General Sem Medo. A sua determinação e coragem não se compadeciam com exílios dou-rados, e o seu combate era até a morte, se necessário fosse. E assim sucedeu, sem medo, às mãos da polícia política de Salazar. Humberto Delgado é hoje um símbolo do espírito livre dos portugueses. É um Herói que justamente repousa no Panteão Nacional, que é invocado cada dia nos nomes das ruas e praças de todo o País, e que persiste na memória colectiva do seu povo. É um garante de que os comboios, em Portugal, já só podem ser da Liberdade.

REPÚBLICA É ETERNA

No âmbito da marca inovadora que tem vindo a imprimir às comemorações de datas importantes da nossa história colectiva, o Presidente Jorge Sampaio quis assinalar os 88 anos da implantação da República com uma homenagem no CCB aos presidentes das juntas de freguesia de todo o País.

Nos Paços do Concelho de Lisboa onde se iniciaram, de manhã, as comemorações do 88º aniversário do 5 de Outubro, o Chefe de Estado lembrou que foi «ao município e não a outra sede de poder que se acolheram» os revolucionários que proclamaram a República portuguesa em 1910. Jorge Sampaio falava na sessão solene comemorativa da implantação da República Portuguesa em 5 de Outubro de 1910, na Câmara Municipal de Lisboa, a que assistiram as principais autoridades políticas, militares e judiciais do País.

O Presidente da República sublinhou que a defesa dos valores republicanos «não é contra ninguém», mas de exaltação de uma «comunidade de seres iguais».

A cerimónia iniciou-se com o hastear da bandeira portuguesa pelo Chefe de Estado, ao som do hino nacional, na varanda dos Paços do Concelho, repetindo o ges-



Sampaio dixit

«Foi ao município e não a outra sede de poder que se acolheram os revolucionários que proclamaram a República, em 1910.»

«Interesses corporativos não se podem sobrepor ao interesse nacional.»

«É preciso pôr as convicções políticas como instrumentos norteadores da sociedade.»

«Nenhum de nós pode assistir indiferente ao avulvar do fosso entre eleitores e eleitos.»

«É preciso um pacto de coragem entre todos os partidos para que se compreenda o que está em causa.»

«Sinto que esta é a mais difícil batalha da minha vida política. Contem com a minha magistratura.»

to simbólico dos revolucionários que gritaram o «Viva a República» em 5 Outubro de 1910.

O presidente da autarquia, João Soares, por sua vez, realçou a importância da comemoração de uma das revoluções «mais democráticas» ocorridas em Portugal.

No final da cerimónia, o Presidente da República e restantes personalidades foram tomar uma bica ao já histórico café Martinho da Arcada.

Depois, Jorge Sampaio foi depositar a tradicional coroa de flores junto à estátua de António José de Almeida, em Lisboa. Ao fim da manhã realizou-se no Centro Cultural de Belém a sessão solene comemorativa do 5 de Outubro.

Na ocasião, Jorge Sampaio condecorou quatro historiadores e oito instituições de solidariedade social.

Os historiadores agraciados, todos com obras publicadas sobre a República, foram o camarada Raul Rego, António Oliveira Marques, Manuel Villaverde Cabral e Fernando Catroga.

No discurso que proferiu no Centro Cultural de Belém, perante as principais figuras do Estado e dos presidentes de juntas de freguesia, de norte a sul do País, Jorge Sampaio elogiou o trabalho desenvolvido pelos autarcas e chamou a atenção para os «evidentes sinais de desgaste que afectam todos os agentes políticos» e para o aumento da abstenção.

J. C. C. B.

APOIO PARA SUPERAÇÃO DOS EFEITOS SÍSMICOS

O Executivo socialista apreciou um conjunto de diplomas que visa a simplificação de instrumentos jurídico-administrativos a utilizar pelos cidadãos e pelo Governo Regional dos Açores com vista à aceleração da reconstrução das áreas afectadas pelo sismo de 9 de Julho último.

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 1, uma proposta de lei que define um período de justo impedimento relativamente a residentes nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, bem como a serviços da Administração Regional e a serviços da Administração directa, indirecta e autónoma, quando localizados nessas ilhas.

Este diploma atesta que os residentes das ilhas do Faial, Pico e São Jorge afectados pela crise sísmica iniciada a 9 de Julho deste ano, com fundamento em tal facto e suas consequências, podem ainda alegar justo impedimento para prática de actos processuais e procedimentais, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 146º do Código de Processo Civil,

na redacção do decreto-lei n.º 125/98 de 12 de Maio.

Pretende-se com esta proposta de lei conceder às pessoas e entidades directamente afectadas pelo sismo ou às que participaram activamente nos esforços de auxílio às populações - e que, por esses motivos, se viram impossibilitadas de praticar actos, nomeadamente actos sujeitos a prazo, perante a administração e os tribunais - a possibilidade de ainda os praticar, sem ter de provar o impedimento.

O diploma engloba, igualmente, os serviços da administração regional e os serviços da administração directa, indirecta e autónoma localizados nessas ilhas, os quais, tendo concentrado todos os meios humanos e materiais disponíveis no desempenho de tarefas prioritárias de auxílio, se viram obrigados a adiar a prática de actos correspondentes ao desempenho normal das suas funções.

Reconstruir...

O Governo aprovou, igualmente, um decreto-lei, que aplica com especialidades o disposto no decreto-lei n.º 312/90, de 2 de Outubro, aos prédios situados nos con-

celhos sediados nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, que foram afectados pela crise sísmica do início do Verão, ou que venham a ser necessários ao esforço de reconstrução promovido pelo Governo Regional dos Açores.

Este diploma adopta, sem prejuízo das regras de segurança jurídica, medidas excepcionais de economia processual no domínio do registo predial, em ordem a permitir, aos sinistrados do terremoto que atingiu as ilhas açorianas, em Julho, o rápido acesso à estabilização dos seus registos de propriedade de imóveis e aos ónus que sobre eles impendam.

A medida é importante porque as operações de financiamento, ou outras, incluídas nos programas de apoio à reconstrução, pressupõem uma definição clara das situações tabulares em causa.

Benefícios fiscais...

Ainda nesta reunião do Conselho de Ministros foi instituído um regime de isenção de emolumentos notariais e registrais sobre imóveis ou móveis, nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

O decreto-lei, aprovado na generalidade,

prevê a não cobrança de emolumentos notariais e registrais nos actos de celebração de escrituras e de feitura de registos relativos aos processos de alojamento das famílias desalojadas pelo sismo, minorando-se, assim, o seu esforço financeiro de regresso à normalização das suas condições de vida.

Por fim, os ministros deram carta branca ao Governo Regional dos Açores para celebrar contratos administrativos de provimento para categorias de acesso ou de ingresso nas carreiras integradas no grupo de pessoal técnico e técnico superior.

A medida visa facilitar o reforço dos quadros de pessoal dos departamentos e serviços sediados ou localizados nas três ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

Pretende-se, ainda, com este decreto-lei, que as ilhas em causa fiquem, o mais rapidamente possível, providas de quadros técnicos - com a experiência profissional exigida para o efeito - que acompanhem e orientem de forma permanente, e nos mais diversos domínios, os trabalhos de reconstrução das áreas atingidas pela última crise sísmica que devastou parte do arquipélago dos Açores.

SAÚDE

Greve dos médicos

MARIA DE BELÉM DEFENDE SERVIÇOS MÍNIMOS

A ministra da Saúde, Maria de Belém, disse à Comunicação Social, no passado dia 1, que apresentou ao Sindicato Independente dos Médicos (SIM) «uma proposta de definição de serviços mínimos» para fazer face à greve «self-service». A titular da pasta da Saúde, que se reuniu com os dirigentes do SIM, referiu que a proposta visa, essencialmente, que «as urgências nos hospitais e centros de saúde sejam asseguradas» e que «nos internamentos os procedimentos imprescindíveis sejam igualmente garantidos». Maria de Belém acrescentou, por outro lado, que «as actividades cirúrgicas programadas não devem deixar de realizarem-se» e nos serviços de oncologia e hemodiálise os doentes terão «assistência garantida». As emergências também «devem ser asseguradas» durante a greve dos médicos. «Não sei por que razão têm falado em requisição civil, mas nenhuma medida nesse sentido foi tomada ou está prevista», afirmou Maria de Belém. Concluiu que «o direito à greve está legalmente consagrado, mas há serviços mínimos que têm que ser assegurados». O Conselho de Ministros mandatou, também na passada quinta-feira, a ministra da Saúde para tomar as medidas indispensáveis para «assegurar o exercício legal do direito à saúde» face à greve dos



médicos. Recorde-se que o SIM convocou uma greve «self-service» de cem dias, que começou a 21 de Setembro e que tem como objectivo um aumento salarial que pode atingir os 44 por cento em certas categorias profissionais. Entretanto e apesar dos esforços com vista ao diálogo desenvolvidos pelo gabinete de Maria de Belém, o Conselho Nacional do Sindicato Independente dos Médicos rejeitou, no dia 2, sexta-feira, a proposta da ministra da Saúde sobre serviços mínimos, no âmbito da greve que aqueles profissionais estão a efectuar até ao final do ano. Apesar da intransigência dos profissionais da saúde o espectro da requisição civil ainda não paira sobre o ministério da Saúde que pretende esgotar todas as vias do diálogo antes de qualquer medida mais rígida. Mas apesar das garantias dadas publicamente pela ministra Maria de Belém, António Bento, da direcção do SIM não hesita em desafiar a tolerância governativa afirmando, relativamente a uma eventual requisição civil que «os médicos são «cumpridores da lei», e por isso «a ministra lhes pode comandar o corpo, mas não a vontade e a alma». Aos doentes resta, ao que tudo indica, serem cada vez mais «pacientes»...

MJR

EFEMÉRIDE

Dia Internacional do Idoso

APOIO INTEGRADO EM 1999

O lançamento, no próximo ano, de um Programa de Apoio Integrado a idosos pelos ministérios da Saúde e do Trabalho e Solidariedade foi salientado, no dia 1, pelo primeiro-ministro, António Guterres, ao assinalar o Dia Mundial do Idoso. Este programa, que tem uma dotação de 600 mil contos e se dirige aos idosos em situação de maior dependência, prevê a criação de Unidades de Apoio Integrado (UAI) - com capacidade até 30 utentes -, a partir das quais serão criadas 21, divididas pelas diferentes regiões do País. A entrada em vigor de um aumento extraordinário nas pensões «para os que simultaneamente menos recebem e mais pagaram» para a Segurança Social foi também destacada por Guterres durante a visita ao lar de idosos «Quinta das Flores», em Marvila. Entretanto, o rendimento mínimo garantido foi já atribuído a 315 241 pessoas, das quais 31 808 deixaram de necessitar deste apoio, enquanto que, por outro lado, foram já passados 350 mil exemplares do cartão do idoso. Os ministros Ferro Rodrigues e Maria de Belém, a provedora da Misericórdia de Lis-

boa, a quem pertence o lar, e Ferraz de Abreu, presidente da comissão executiva para o Ano Internacional das Pessoas Idosas (1999), acompanharam o primeiro-ministro durante a visita ao estabelecimento.

Cartão do Idoso: mais de 350 mil aderentes

Lançado a 15 de Julho pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, o Cartão 65 é já um enorme êxito, tendo atingido 350 mil aderentes, sete vezes mais do que o previsto. O Cartão 65, à semelhança do Cartão Jovem, permite às pessoas com mais de 65 anos poderem usufruir de um conjunto de descontos e benefícios em bens e serviços nos cerca de 2 000 estabelecimentos ou empresas em todo o País aderentes da iniciativa. O custo do Cartão 65 é de 200 escudos para todos os que o requisitarem até 15 de Outubro; posteriormente o seu valor passará a ser 500 escudos. Os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido estão isentos.

SOLIDARIEDADE

Pensões

AUMENTOS EXTRAORDINÁRIOS JÁ EM VIGOR

O aumento extraordinário das pensões de invalidez e velhice, anunciado pelo ministro do Trabalho e Solidariedade, no passado dia 10, começou a ser aplicado, no dia 1, de forma faseada e estará concluído em Junho do próximo ano. Cerca de 300 mil pensionistas do Regime Geral com pelo menos 15 anos de carreira contributiva e com pensões inferiores ao salário mínimo nacional são abrangidos pelo aumento. Na primeira fase, com retroactivos a partir de 1 de Outubro, o aumento varia entre 1 500 e dez mil escudos, passando a ser de 32 800 escudos a pensão mínima dos que têm 15 ou 16 anos de carreira contributiva e de 41.300 escudos a pensão mínima dos que têm a carreira contributiva completa (40 ou mais anos). A medida será aplicada em 18 escalões, com valores diferentes, de acordo com os anos de contribuição dos pensionistas abrangidos.

A partir de primeiro dia de Junho do próximo ano, não haverá pensionistas de velhice e invalidez do regime geral com carreiras contributivas completas a receber menos do que o valor líquido do salário mínimo nacional (SMN). Por sua vez, os que têm carreiras contributivas de 15 ou 16 anos não receberão menos de 65 por cento do valor líquido do SMN. Este ano, o aumento representa uma despesa de 2,9 milhões de contos, sendo o custo em 1999 de 20,2 milhões de contos e em 2000 de 25,7 milhões de contos. O aumento, que será feito em duas fases, implica ainda uma actualização devido ao aumento normal de todas as pensões dos vários regimes (que estará em vigor a 1 de Dezembro e também abrange os beneficiados por este aumento extraordinário) e um ajustamento decorrente da fixação do novo salário mínimo nacional.

MODERNIZAÇÃO

Informatização das Juntas de Freguesia

O GRANDE DESAFIO DA NOVA CIDADANIA

O primeiro-ministro, António Guterres, considerou a modernização do País até aos níveis dos «mais avançados Estados da Europa» como o «grande desafio» de Portugal neste final de século, para o qual é fundamental o esforço autárquico. Para Guterres, a «imagem de modernidade do Portugal do século XXI» tem de ser construída a partir das juntas de freguesia, «células base da democracia», que procuram tornar-se «modelares a nível europeu». Um passo nesse sentido foi dado, no dia 2, em Leiria, com o início do programa de informatização das juntas de freguesia no âmbito do recenseamento eleitoral, cujos protocolos nos 18 distritos do País estarão assinados até ao próximo dia 24 de Outubro. O chefe do Executivo, falando, na passada sexta-feira, na cerimónia de atribuição de computadores e sistemas operativos às 148 juntas de freguesia do distrito de Leiria, disse que este programa se insere no plano de modernização de Portugal, no qual se destacam as ligações à Internet de todas as escolas a partir do ensino básico. Em breve essa ligação estender-se-á às escolas do primeiro ciclo, aos centros de empresas, que permitem a criação de empresas num espaço de tempo muito curto, concentrando serviços, e às Lojas do Cidadão, as duas primeiras já em obras.



Segundo Guterres, além dos três centros de empresas já em funcionamento, está prevista a abertura de mais quatro a curto prazo. «Portugal era visto, tradicionalmente, como um país periférico», estando o Governo a fazer «um esforço» para concretizar «uma revolução em relação ao passado», assente nas novas tecnologias, «visando facilitar a vida ao cidadão», sublinhou. Perto de 1,5 milhões de contos é quanto o Estado vai gastar na dotação de todas as 241 unidades recenseadoras do País de

computadores, com o primeiro-ministro a apelar aos presidentes das juntas de freguesia para que coloquem o equipamento informático «ao serviço da comunidade», nomeadamente «dos jovens e das associações». Em breve, todos os computadores poderão estar ligados em rede entre si e os serviços da Administração Central, permitindo a actualização imediata e permanente dos cadernos eleitorais e a sua impressão em qualquer momento.

Na cerimónia, que contou com a presença do ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, e com os secretários de Estado da Administração Interna e da Administração Local e Ordenamento do Território, coube a Luís Parreirão fazer a apresentação do programa, destacando a facilidade de manuseamento do sistema informático instalado nos computadores, o que dispensa conhecimentos especializados.

Para os próximos meses, e no sentido de debelar eventuais dificuldades que surjam nas autarquias nacionais, principalmente a partir do momento em que o sistema estiver ligado em rede, originando uma grande base de dados sobre o universo eleitoral, serão ministradas acções de formação em articulação com o Centro de Estudos de Formação Autárquica.

«Uma prova inequívoca da nossa capacidade colectiva e um contributo para o desenvolvimento e modernização de Portugal», foi como o secretário de Estado da Administração Interna classificou o programa recentemente iniciado.

Além de um microcomputador, cada junta de freguesia recebe um «modem», uma caixa de dez disquetes, um impressora laser e uma resma de papel, a que se juntam todos os cabos e acessórios complementares necessários ao funcionamento do equipamento.

HABITAÇÃO

PER

TAXA DE EXECUÇÃO AUMENTA COM DESBUROCRATIZAÇÃO

A taxa de execução do Plano Especial de Realojamento (PER), prevendo a construção de 48 mil fogos, situa-se entre os 30 e os 40 por cento, segundo revelou a Secretaria de Estado da Habitação. Com base nos recenseamentos de 1993/94, planeou-se a construção de 48 mil fogos em todo o País - cada um dos quais a servir uma família média de 3,5 pessoas - destinados a realojar famílias que habitam em barracas. Em 1994 foram construídos 500 fogos, um ano depois mais 1 400 fogos, enquanto em 1996 foram construídas 5 000 novas casas e no ano passado mais 8 000. As diferenças a nível da taxa de execução do plano são explicadas pela Secretaria de Estado da Habitação com o facto de terem sido introduzidas alterações que desburocratizaram o processo. Assim, ao introduzir-se a possibilidade de um contrato plurianual entre as câmaras municipais e a administração central tornou-se possível desbloquear as verbas ao

longo do tempo, ao ritmo da estratégia definida.

Por outro lado, enquanto em 1994 e 1995 apenas a Caixa Geral de Depósitos concedia os empréstimos, via Instituto Nacional da Habitação (INH), a partir de 1996 as autarquias puderam abrir concurso - via INH - para apurar quais as instituições bancárias que ofereciam melhores condições de crédito.

A outra medida desburocratizante foi adoptada também em 1996, quando as câmaras municipais passaram a ter como intermediário apenas o INH, deixando de ter que fazer um processo paralelo para o IGAPHE (Instituto para a Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado) relativo à comparticipação financeira.

O financiamento do PER processa-se através das reservas do PIDDAC (Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central), que atribui 40 por cento do plano a fundo perdido).

A verba restante é concedida através de um empréstimo a longo prazo (25 anos)

que acompanha a taxa de inflação, amortizável pelas câmaras através de uma renda apoiada.

Os beneficiários ficam a pagar uma renda que pode oscilar entre os 530 escudos e pouco mais de 20 mil escudos, dependendo do respectivo agregado familiar e rendimentos.

Cem milhões de contos para o PER

O Estado português e os seus contribuintes pagam cerca de cem milhões de contos em juros bonificados e deduções no IRS para cumprir o programa de habitação social do País, revelou, no passado dia 3, em Lisboa, o primeiro-ministro, António Guterres.

Guterres falava na Portela, concelho de Oeiras, após a cerimónia de entrega de chaves de 80 fogos da urbanização do Pátio dos Cavaleiros, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER).

«O Governo está a fazer o investimento mais alto de sempre em habitação social e

os orçamentos estão a ser cumpridos a 100 por cento, sem atrasos nas verbas disponibilizadas no Orçamento de Estado para o efeito», garantiu.

Durante a cerimónia, o chefe do Executivo socialista chamou a atenção para a necessidade de manter a qualidade de vida nos novos bairros sociais.

«Os bairros sociais não se podem transformar em guetos e é preciso que os municípios tenham essa consciência e invistam nas empresas municipais para fazer uma boa gestão de todo o património», afirmou. Na acto oficial de entrega dos fogos estiveram também presentes a secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, o presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Moraes, e diversos autarcas do concelho.

No âmbito do PER, o autarca laranja de Oeiras fez questão de destacar as medidas concretizadas pelo Governo socialista, sobretudo ao nível da capacidade de endividamento das câmaras e do Programa Operacional de Renovação Urbana.

UM ADEUS APOTEÓTICO!

A boa disposição e a simpatia voltaram a manifestar-se no fim da Expo'98, a grande festa de Lisboa e de Portugal, encobrindo (mal) uma alegre nostalgia que acabou por contagiar tudo e todos.

Funcionários com fardas trocadas e rostos pintados. Olharapos encharcados, jovens à espera do rock, indiferentes aos sons de um piano próximo, são cenários do último dia da Exposição Mundial de Lisboa que durante 132 ocupou o quotidiano dos portugueses.

Depois da cerimónia oficial junto ao Pavilhão de Portugal, que se realizou no final da manhã do dia 30 de Setembro, começaram a ouvir-se os primeiros acordes e a animação tomou conta do recinto.

Foi o caso dos artistas dos simpáticos monstros que, durante a exposição, fizeram «das tripas coração» para evitar o desespero dos visitantes que aguardavam, nas filas, para entrar nos pavilhões.

Ao percorrerem pela última vez o recinto da Expo'98, os Olharapos foram «afundados» no lago das Pedras Negras, junto ao Pavilhão da Utopia, numa espécie de enterro acompanhado de um banho dos artistas.

Aí permanecem, provocando sorrisos nos visitantes, convencidos de que se tratava de mais uma «performance».

Dispostos a animar estiveram ao longo de todo o dia daquela memorável quarta-feira os funcionários da exposição, que recorreram a «efeitos especiais», como trocar as fardas - eles usam a das meninas e vice-versa - pintar os cabelos com cores garridas e o rosto com milhares de estrelas.

A música foi, como se tornara habitual, uma grande atracção no último dia de Expo, com o Festival 1998 Lisboa Codex a decorrer no Palco Promenade.

Por esse palco passaram várias bandas de rock português. Junto dele encontraram-se centenas de jovens, num cenário de grande folia com o Oceanário junto ao rio...

Mais ao lado, junto ao Pavilhão do Conhecimento dos Mares, o maestro António Vitorino de Almeida encantava os visitantes com o seu piano que nem por isso abafava os sons do rock português vindos do Palco Promenade.

A porta de alguns pavilhões a música e a dança também marcavam presença, aliviando a tensão da espera e fazendo nascer autênticos anfiteatros ao ar livre, como no caso dos pavilhões da Argentina - que realizava o último espectáculo de tango no exterior do pavilhão - dos EUA ou da Colômbia, com grupos de música do continente americano.

A grande afluência à Expo-98 está a causar, como era previsível, outras filas de espera, além das que se encontram junto aos pavilhões. É o caso das casas-de-banho e dos transportes públicos.

Tanto num caso como noutro, foi precisa



muita paciência para aguardar a vez de entrar, apesar da sua absoluta necessidade.

Apesar de não ter qualquer barco para visitar, o espaço da Exibição Náutica continuou, no último dia da Expo, a ser o imbatível no que diz respeito à procura pelos visitantes, sendo praticamente impossível circular com relativa velocidade.

Magia luminosa

O ponto alto do dia do encerramento oficial da Exposição Mundial de Lisboa 1998 deu-se poucos minutos depois da meia-noite, quando um fogo-de-artifício inesquecível surpreendeu os cerca de 300 mil visitantes que aplaudiram o espectáculo final da exposição, retribuindo com um estrondoso «Portugal! Portugal!».

Durante quatro minutos, a alma lusitana contemplou um projecto que durou o mesmo número de meses a conceber.

Ao longo dos 1 800 metros da frente ribeirinha, explosões de cor e de luz incendia-



ram o céu da Expo'98, gastando os últimos cartuchos daquela que foi, sem dúvida, a festa dos portugueses.

Tudo isto depois do derradeiro show multimédia, também enriquecido com fogos-de-artifício e encerrado ao som do «Pangea», o hino da Exposição Mundial de Lisboa.

A receita pirotécnica contou com 12 toneladas de explosivos e muitos milhares de espectadores que fizeram questão de se dizer adeus à Expo'98, alguns apostados em não deixar o recinto antes do nascer do Sol.

A última exposição do século e do milénio tinha sido encerrada oficialmente, porém, a animação prosseguiu em vários palcos até às 8 horas manhã de quinta-feira.

Nasceu o Parque das Nações

O recinto da Expo'98 passou a chamar-se, desde o dia 1 de Outubro, Parque das Nações, uma designação apresentada ofici-

almente ao público, no dia do encerramento da Exposição Mundial de Lisboa.

Terminada que está a Expo'98, os futuros visitantes e habitantes da zona passam agora pela fase da familiarização com o novo nome, criado por forma a prestar homenagem à presença dos mais de 160 países e organizações que conviveram durante quatro meses e meio no recinto.

Assim, na última quarta-feira de Setembro foi apresentado o conceito, imagem e funcionamento dos equipamentos do Parque das Nações, nomeadamente, os anteriores pavilhões temáticos que vão estar abertos ao público.

«Desde o último dia da exposição, o recinto tem estado a ser alvo de limpezas e as várias representações dos países participantes já iniciaram a remoção dos seus conteúdos», referiu João Paulo Velez, director do Centro de Comunicação Social da Expo'98.

A apresentação da nova imagem da exposição e a abertura do recinto nalgumas áreas já antes de 16 de Outubro inserem-se numa filosofia pós-Expo que tem sido defendida pela organização com o objectivo de devolver o espaço ao público para que dele continue a usufruir livremente.

A partir desta data, estarão abertos ao público os pavilhões da Madeira, dos Açores e de Macau, o da Realidade Virtual, o do Futuro, do Conhecimento dos Mares (do Ministério da Ciência e Tecnologia), o do Território (do Ministério do Equipamento), o Multiusos (ex-Pavilhão da Utopia), o Oceanário e a Torre Vasco da Gama.

Nova vida pós-Expo

«Oceanário de Lisboa» é como se chama agora o Pavilhão dos Oceanos. O novo nome é ostentado agora à entrada do local em letras azuis, num sinal marcante do fim da Expo'98 e do início da transição para o Parque das Nações.

Os Olharapos estão «quietinhos» no seu canto habitual de fim de dia, na ex-Zona Internacional Sul, a emblemática «cascata de água» perto do Oceanário permanece desligada, bem como as erupções dos vulcões, temporariamente «mudos», sem visitantes que os admirem e neles se refresquem.

No incómodo silêncio irrompem os gritos dos animais, anteriormente abafados pelo burburinho de milhares de visitantes e pela animação dos palcos espalhados pelo recinto.

Não muito longe do Parque das Nações, o Conselho de Ministros aprovava, um dia depois do fim, uma resolução que designava Simonetta Luz Afonso como comissária do Pavilhão de Portugal na próxima Exposição Mundial que se realizará na Alemanha.

O último adeus à megafesta foi dado, o testemunho de Lisboa foi já passado, mas o «espírito Expo» continua a pairar entre nós, à espera de reviver daqui a dois anos, em Hanôver.

MJR



Abrantes

Dia Mundial da Música

Comemorou-se no passado dia 1 de Outubro, mais um Dia Mundial da Música. A Câmara Municipal de Abrantes não podia ficar alheia a estas comemorações e elaborou um programa comemorativo desta data.



Assim, de 1 a 9 de Outubro, um vasto programa assinalou o Dia Mundial da Música. Entre outras iniciativas, no dia 1, o Auditório da Santa Casa da Misericórdia foi palco de um concerto de piano comentado pelo maestro António Vitorino de Almeida.

Cascais

Programa de apoio a desempregados

No âmbito da sua política social, a Câmara Municipal de Cascais, presidida pelo socialista José Luís Judas, criou um programa de apoio a desempregados de longa duração com o objectivo de desenvolver as suas capacidades e oferecer instrumentos que contribuam para uma atitude activa e eficaz na procura de emprego, facilitando a sua inserção no mercado de trabalho.



Assim, todos os interessados em participar neste programa deverão contactar os serviços do projecto Cascais sobre Rodas, Travessa da Misericórdia, 1 - 1º Dto., em Cascais, ou pelo telefone 482 1701/2. A Câmara de Cascais vai desenvolver em paralelo acções de formação social e humana destinadas a cidadãos que necessitem de adquirir conhecimentos básicos permitindo viabilizar um projecto de vida, bem como acções de formação individual em postos de trabalho, possibilitando o aperfeiçoamento das competências profissionais de cada um.

Faro

Debate sobre regionalização

«Regionalização/Algarve» foi o tema de um fórum-debate que a Assembleia Municipal de Faro organizou no passado dia 2, na Escola de Hotelaria e Turismo, em Faro.

José Apolinário e Luís Filipe Madeira foram alguns dos participantes neste debate, em que intervieram personalidades de vários quadrantes políticos.

Ovar

Apoio a alunos carenciados

Reunido no dia 1, o Executivo da Câmara Municipal de Ovar aprovou, entre outras, uma proposta que vem consagrar um elevado nível de apoio aos alunos mais carenciados do 1º ciclo do ensino básico do concelho.

Estes apoios destinam-se a alimentação, livros e material escolar, e representam um importante contributo no combate ao insucesso escolar e à criação de condições para uma igualdade de oportunidades.



Presidente da Câmara agraciado

O município de João Pessoa concedeu, por decreto legislativo, o título de cidadão pessoense a Armando França Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Ovar.

Esta distinção vem confirmar e elevar a actividade desenvolvida pelo presidente da autarquia de Ovar, no âmbito das geminações com outros municípios, em especial com João Pessoa.

Porto

Conclusão de obras

No passado dia 5, o presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, acompanhado por vereadores, técnicos e pela administração da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica, efectuou uma visita à zona da Alfândega, para assinalar a abertura ao trânsito do viaduto do Cais das Pedras, bem como da Rua D. Pedro V e da marginal entre o Largo Basílio Teles e S. Francisco.

Santo Tirso

Mais verbas para as freguesias

As juntas de freguesia do concelho de Santo Tirso viram aumentadas as suas capacidades financeiras nas áreas de conservação e manutenção das escolas básicas e pré-primárias, graças a um acordo assinado no dia 30 de Setembro entre o Executivo municipal e os presidentes das juntas de freguesia do concelho.

Segundo o protocolo, as juntas de freguesia comprometem-se a executar as obras e a informar os serviços municipais da data do início das mesmas, de modo a serem acompanhadas.

A verba de 16 500 contos constitui um subsídio extraordinário da Câmara Municipal às juntas de freguesia e vem reforçar as transferências regulares do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, assim como aumentar a capacidade das juntas de freguesia em melhorar as suas autarquias, na medida em que continuarão a ter obras delegadas e obras subsidiadas pelo Executivo da Câmara, bem como subsídios para as várias acções da actividade autárquica.



Dia Mundial da Música

Na sequência dos espectáculos do dia 2, no auditório Eurico de Melo, onde actuaram o Grupo Cultural de Azurem e a Tuna Académica Lusíada de Famalicão, realizou-se no dia 4, na Praça das Fontainhas, na Vila das Aves, um espectáculo pela Banda de Música da Trofa.

Estas iniciativas inseriram-se no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Música.

Passelo de idosos

A exemplo de anos anteriores, no Dia Mundial da Terceira Idade a Câmara Municipal leva os seus idosos a passear.

Assim, no passado sábado, dia 3, mais de 5 000 idosos foram conhecer Lamego.

Autarquia levou professores à Expo

A Câmara Municipal levou os professores do concelho à Expo-98.

Aproveitando a realização no nosso país da última exposição mundial do século XX, a autarquia organizou, no âmbito das comemorações do «Mês do Professor», uma visita à Expo-98, no passado dia 30 de Setembro.

Para o efeito, a edilidade disponibilizou o transporte para mais de três centenas de professores inscritos e assegurou o acom-

panhamento dos docentes numa visita guiada por membros do Executivo e por funcionários da Câmara.

Sintra

Cooperação com El Jadida

Uma delegação do município de El Jadida, em Marrocos, esteve em Sintra, de 28 de Setembro a 1 de Outubro, para uma visita de trabalho.



Recorde-se que o município de El Jadida é geminado com Sintra desde 1988 e um dos objectivos do protocolo de geminação é a cooperação nas áreas comercial, industrial, turismo, cultura e desporto.

Vila Real de S. António

Património arquitectónico de Cacela

O património arquitectónico de Cacela vai ser objecto de um estudo mais aprofundado, com base em protocolos que a Câmara Municipal de Vila Real de S. António assinou com diversas entidades. A Freguesia de Vila Nova de Cacela tem testemunhos arqueológicos e históricos do período islâmico de valor patrimonial inquestionável, para toda a região do Algarve.

Estes testemunhos traduzem-se num conjunto de vestígios arqueológicos, unidade paisagística equilibrada e elementos arquitectónicos que interessa estudar e preservar como marcos que lhe conferem características históricas indiscutíveis.

O primeiro protocolo foi celebrado com o Campo Arqueológico de Mértola e com o Instituto da Conservação da Natureza, para desenvolvimento de trabalhos de escavação arqueológica do terreno conhecido como «Sítio do Poço Antigo», a nascente de Cacela Velha, devendo os trabalhos decorrer durante um ano.

Estudantes de arquitectura em Cacela

Um segundo protocolo, celebrado entre a autarquia, o Instituto de Conservação da Natureza e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, visa a realização de trabalhos curriculares dos estudantes em Vila Nova de Cacela, durante o presente ano lectivo.

CONVENÇÃO

Concelhia

PS/LISBOA PELA REGIONALIZAÇÃO

Realizou-se no passado fim-de-semana a Convenção Política Concelhia do PS/Lisboa, com assinalável sucesso face à significativa participação de militantes, cuja adesão ultrapassou as expectativas dos dirigentes desta Concelhia, no conjunto das sessões, e se caracterizou por um elevado nível de intervenções.

No ano em que se comemora o 10.º aniversário da constituição da CPCL de Lisboa, o Secretariado sob a presidência do camarada Miguel Coelho não se poupou a esforços para realçar o importante papel que esta estrutura do Partido Socialista tem vindo a realizar na dinamização da participação e coesão dos socialistas de Lisboa em apoio ao trabalho dos autarcas das freguesias e representantes municipais, não descuidando também as diversas matérias que no dia a dia do governo do PS interessam a todos. A propósito do aniversário da Concelhia de Lisboa, foi editada uma interessante medalha comemorativa onde são postos em relevo todos os presidentes desta estrutura partidária da qual foi primeiro líder Vasco Franco.

Os trabalhos da Convenção iniciaram-se na passada sexta-feira, com uma Conferência Internacional subordinada a um tema da maior relevância para os partidos socialistas e social-democratas filiados na Internacional Socialista, «Partido de Eleitores / Partido de Militantes – Que Modelo e Valores para o Século XXI?», com a participação de Bill Ramel em representação do Partido Trabalhista Britânico e Henri Weber pelo



Partido Socialista Francês. Os camaradas Miguel Coelho, António Reis, Alberto Costa e José Lamego completaram o leque de conferencistas que permitiu o debate entre os participantes das novas vias para o socialismo e uma maior justiça social perante o avanço da sociedade de mercado.

Neste domínio foi significativa a comunicação de Henri Weber, um histórico da esquerda francesa desde os acontecimentos de Maio de 68, comentando que o PSF aceita a «sociedade de mercado mas não o mercado da sociedade» num clara alusão à defesa de valores humanistas e solidários para com os mais desfavorecidos.

No sábado os trabalhos, que decorreram no Teatro Municipal Maria Matos, iniciaram-se logo de manhã com apresentação dos objectivos dos Estados Gerais pelo presidente do Gabinete de Estudos concelhio, António Morais, sucedendo-se intervenções dos diversos coordenadores sectoriais sobre as mais importantes conclusões, cujos temas e diversos contributos foram distribuídos a todos os participantes através de uma revista editada pela Concelhia, após o que seguiram dezenas de intervenções integradas no debate.

Na parte da tarde foi dado ênfase especial ao trabalho autárquico e à regionalização do País, contribuindo as diversas intervenções

para um melhor esclarecimento do Projecto em curso e das implicações que a vitória no referendo terá para um desenvolvimento acentuado e mais harmonioso de Portugal bem como do reforço da posição do PS no próximo desafio das eleições legislativas em 1999.

Na sessão da tarde os camaradas João Soares e Jorge Coelho destacaram o importante papel da Concelhia na dinamização dos socialistas para se ganhar a batalha do referendo, tendo encerrado a sessão o presidente da Concelhia, o camarada Miguel Coelho.

Numa iniciativa inovadora, à noite realizou-se um espectáculo «Lisboa pelas Regiões» com a actuação dos conjuntos As Delírio, Real Companhia e uma sessão de fados, sendo ainda aproveitado o sarau para entrega de Estatutos e outras lembranças aos novos militantes do PS/Lisboa.

De realçar o esforço técnico e operacional, assim como o empenho dos dirigentes da Concelhia e seus colaboradores em proporcionarem previamente a todos os militantes desta área as conclusões dos Estados Gerais, através do seu jornal «Gente que Faz». A Concelhia de Lisboa, embora preste a terminar o seu mandato, demonstra mais uma vez o seu forte empenho em contribuir para o reforço do PS e a coesão dos militantes em torno do seu secretário-geral, António Guterres, sem prejuízo do que o seu presidente Miguel Coelho não se cansa de sublinhar - «um apoio incondicional mas construtivamente crítico».

BARREIRO

Debate sobre regionalização

As Secções do PS do Barreiro e Lavradio realizaram no passado dia 30 um debate sobre regionalização, que decorreu nos Franceses.

Os socialistas do Barreiro e do Lavradio consideram que o referendo sobre a regionalização «representa uma oportunidade histórica no processo de aprofundamento da democracia e no desenvolvimento harmonioso do País».

Entretanto, o camarada Aires de Carvalho convocou os Secretariados do PS do concelho para uma reunião que decorreu no passado dia 25.

Na reunião foi decidido nomear o camarada Leal da Silva, como porta-voz do PS no concelho do Barreiro, sobre tudo o que diz respeito à Estação de Tratamento de Resíduos Industriais.

Os socialistas do Barreiro decidiram ainda divulgar um comunicado em que manifestam a sua posição negativa à instalação do Barreiro da Estação de Tratamento de Resíduos apresentada em consulta pública.

COIMBRA

Plenário Concelhio de Militantes

A Federação Distrital de Coimbra, liderada pelo camarada Fausto Correia, organizou no passado dia 4, domingo, o Plenário Concelhio de Militantes, que decorreu no restaurante «Rosa Larina», em Soure.

A exemplo do que aconteceu nas últimas semanas em todo o distrito de Coimbra, sob programação do Secretariado da Federação, este plenário teve como objectivo relançar o trabalho político-partidário com vista à preparação da campanha eleitoral que antecede a realização do referendo sobre a regionalização.

Este plenário serviu igualmente para os socialistas conimbricenses comemorarem o 5 de Outubro, data muito cara a todos os socialistas, herdeiros dos grandes valores republicanos.

O 5 de Outubro não poderia ficar esquecido no concelho de Francisco Ramos da Costa e de João Esteves Simões.

LAGOS

«Encontro» - boletim informativo

A Secção do PS de Lagos retomou a publicação do seu boletim informativo - «Encontro», «um meio privilegiado para a divulgação das ideias, das políticas, do programa, da actividade do PS em Lagos».

Assumindo-se como «um espaço de diálogo de todos os militantes socialistas, e do PS com a comunidade», na edição de Setembro de «Encontro» destaque para uma notícia com o título «Assalto ao consumidor», em que se denuncia o «assalto sem pudor à carteira dos consumidores» em que se traduziu o recém-criado tarifário de recolha dos resíduos sólidos aprovado pela maioria PSD na Câmara Municipal.

A regionalização é ainda tema em destaque nesta edição de «Encontro», para além de uma completa informação sobre a intensa actividade do PS/Lagos.

CAMPANHA DO REFERENDO

Guterres «on the road»

O secretário-geral do PS, António Guterres, vai participar activamente no final da campanha para o referendo sobre a regionalização, fazendo o discurso da pedagogia. António Guterres estará presente em todas as iniciativas na parte final da campanha que o PS realizará em vários pontos do País, no âmbito de uma caravana nacional para levar o «sim» à regionalização a todo o País.

Entretanto, no dia 5, o camarada António José Seguro acusou o PSD de «já não ter pejo em defender as regiões na Europa. Se tivesse, no cartaz do PPE em que se anuncia uma conferência sobre os fundos estruturais, Portugal não apareceria regionalizado em cinco regiões».

Segundo o camarada António José Seguro, «a hipocrisia do PSD é tanta que sabe que nesta questão essencial em que se estão a discutir os fundos estruturais da Europa e o seu futuro, as regiões são tão importantes, que deixa passar em branco o cartaz da sua família política, cujo mapa apresenta os 15 países da UE todos regionalizados, Portugal inclusive».



A NOVA ESQUERDA

Três anos após a ascensão do PS ao exercício de funções governativas em Portugal, a vitória dos sociais-democratas alemães consolida decisivamente a hegemonia política da esquerda democrática europeia neste final de século. O ciclo histórico em que estamos inseridos é de tal forma caracterizado pela prevalência eleitoral desta família política, que se revela crucial promover uma reflexão crítica sobre a identidade desta nova esquerda que nos governa. Felizmente, a par da acção pragmática que tem vindo a ser prosseguida com resultados claramente meritórios, tem-se revelado possível a promoção de um debate sério incidindo sobre os fundamentos doutrinais e a matriz programática dos modelos de governação adoptados.

É importante afirmar que para chegar a tão bonançosa situação a esquerda teve nos últimos vinte anos de percorrer um longo caminho, que envolveu cortes e rupturas, abandonos e descobertas. Aqueles que hoje governam em nome de um «centro radical» ou os que tentam teorizar uma chamada «terceira via», por mais polémicos que tais conceitos se apresentem, não deixam de se colocar numa linha de continuidade lógica face às grandes transformações doutrinais iniciadas no princípio da década de oitenta.

Foi nessa ocasião, quando o neoliberalismo radical se impunha perante largos sectores da opinião pública como a solução política e económica mais adequada, que alguns sectores da esquerda compreenderam a necessidade de levar a cabo uma ampla transformação da sua filosofia política e social inspiradora. Essa transformação traduziu-se basicamente em quatro aspectos que aqui quero realçar - a) redescoberta da tradição liberal e articulação da mesma com a ambição democrática no plano político - b) recusa do voluntarismo ultra-construtivista no domínio social - c) valorização do mercado e aproximação aos aspectos mais progressistas do capitalismo democrático, com a consequente desvalorização de uma visão predominantemente estatizante e planificadora da economia - d) superação de uma visão assente no predomínio de uma aproximação ideológica à realidade, opondo-lhe uma revalorização da política e de um certo empirismo assente no princípio do racionalismo crítico.

Foi esta mudança que impediu a esquerda de se transformar no muro das lamentações dos desiludidos da globalização económica e cultural. Mas foi também esta mudança que colocou de novo a esquerda democrática na vanguarda política, assumindo um papel chave na modernização das sociedades e criando condições para que o processo de



globalização possa ser abordado e enquadrado de forma a garantir a salvaguarda de alguns objectivos fundamentais que se integram no seu património filosófico-político mais perene.

Do cruzamento do liberalismo com a pulsão democrática, isto é, da exaltação da liberdade individual com a afirmação da igualdade como princípio regulador da relação intra-social, resultam duas consequências da maior importância - a aposta na expansão das oportunidades e a constante preocupação com a democratização do acesso à plena utilização dessas mesmas oportunidades. Não é aliás por acaso que a educação se transformou no objectivo prioritário da acção governativa dos partidos da IS. Os fantásticos avanços da ciência e as transformações tecnológicas verificadas abrem novas perspectivas aos indivíduos e uma das funções essenciais do Estado é a de igualizar as condições de acesso a essas notáveis oportunidades.

Com o fim das ingenuidades ultra-construtivistas a esquerda conseguiu integrar no seu património programático duas ideias de inegável acuidade - a importância da empresa, como local de criatividade económica e a valorização do mercado como mecanismo mais adequado para permitir uma correcta alocação de recursos e investimentos numa sociedade cada vez mais complexa. Por contraposição a uma economia estática e a uma sociedade rígida, o

mercado é um factor de mobilidade e transformação, que pode e deve ser regulado numa perspectiva progressista.

Por fim, a esquerda compreendeu que assistia alguma razão àqueles que tinham decretado «o fim das ideologias». A mais grave ilusão dos ultraliberais não é, contrariamente ao que às vezes se pensa, a de pensarem que se encerrou a idade ideológica, mas sim a de tenderem para a negação da própria categoria da política. Os que levemente declararam o «fim da história» julgavam ter superado a dimensão política. E é precisamente por isso que os liberais puros não conseguiram lidar com os fenómenos da exclusão, dos novos integristas ou da conflitualidade social emergente. A utopia de uma sociedade auto-regulada, condena-os a viver apenas entre as dimensões ética e económica, excluindo a política.

Ora precisamente porque superou a ilusão utópica de uma sociedade absolutamente harmoniosa, porque compreendeu o papel do conflito, a esquerda revalorizando a política encontrou o caminho para o sucesso eleitoral.

O desafio que agora se coloca aos vários governos europeus de esquerda é o de conseguirem conciliar a eficácia económica, a coesão social e a modernização cultural. E é esse também e de forma muito particular o desafio do PS e do governo de António Guterres. Essa aposta está a ser ganha. O que deixa a direita perturbada é justa-

mente o facto do governo do PS ter alcançado a conciliação de dois objectivos fundamentais - a opção pela política económica alicerçada no rigor orçamental no plano público e no estímulo à livre iniciativa privada, com a valorização de políticas sociais verdadeiramente justas e equitativas. A direita retrógrada que temos gostaria de se deparar com uma esquerda obsoleta e rigidificada em torno de conceitos historicamente inoperacionais. Não é pois por acaso que o PS se constitui simultaneamente no pólo político agregador do que há de mais dinâmico na sociedade civil e na referência dos sectores mais carenciados da população. E também não é por acaso que a direita se limita a agregar ressentimentos e pulsões corporativistas, tendo como pano de fundo um discurso cada vez mais populista e demagógico.

Percorrido um século que incorporou tantas catástrofes, gerou tão profunda desilusão, é reconfortante verificar que nos preparamos para entrar no próximo sob a liderança de uma esquerda que associando o melhor das suas diversas tradições, abre novas perspectivas às sociedades e novos horizontes aos indivíduos. E é para nós socialistas portugueses motivo do maior júbilo, a constatação do papel precursor que o PS, de Mário Soares a António Guterres, teve nesta exaltante caminhada.

In «Público»



«TERCEIRA VIA», O MÉRITO DE UM DESAFIO

Tony Blair publicou nas páginas do «Público» um artigo doutrinário intitulado «A terceira via, uma social-democracia moderna». O artigo tem, desde logo, o mérito de constituir um desafio intelectual e ideológico, num momento crepuscular das ideologias, onde, como dizia Hegel, «todas as vacas são pardas». Blair possui a energia e uma capacidade nata de confabulação para fazer passar mensagens simples e pontuar a agenda política! Além disso, o artigo é publicado numa série de jornais precisamente no dia (21 de Setembro) em que chegou a estar prevista uma cimeira com Clinton para projectar a ideia de uma «terceira via». Nesse mesmo dia, um conjunto de instituições académicas norte-americanas deveria proceder ao debate do tema: o signatário, por exemplo, estava convidado para uma mesa-redonda na New York University. As malfetorias do senhor Starr fizeram gorar este comprazimento intelectual.

O artigo, redigido numa linguagem leve e popular, comporta não só o esboço de uma proposta programática, como encerra uma projecção geopolítica. Blair propõe reconstruir a proposta pragmática da social-democracia sobre o solo ideológico do liberalismo político. Diz, com inteira razão, que o divórcio entre socialismo democrático e liberalismo «contribuiu, ao longo deste século, para o enfraquecimento da política progressista no Ocidente». Não podia estar mais de acordo; no plano filosófico, há que combater tanto as tintas carregadas do hegelianismo de esquerda - que propunha a crítica da «positividade» das democracias burguesas em nome de uma qualquer «utopia concreta» -, como a visão solidarística que se argamassa nas reacções iniciais do movimento operário ao fenómeno da industrialização e que foi instrumentalizada pelo reaccionarismo político, de Leão XIII a Bismarck, e o modo como tratou a «questão social». Em nome dos valores liberais da autonomia individual do constitucionalismo político e do progressismo social Blair não diz aqui nada que não tenha sido já insistentemente repetido por Carlo Rosselli, Norberto Bobbio ou até o nosso Raul Proença. Mas as verdades clássicas são as mais cristalinas! Atendendo ao dito que uma boa prática vale mais que a melhor das teorias, em Portugal o PS foi, tanto no combate à ditadura como na confrontação com o Partido Comunista e na transição da fase revolucionária para a fase constitucional da democracia, o melhor portador dos valores do liberalismo político. A matriz ideológica e o sentido de acção política de Mário Soares - até nos seus aspectos simbólicos - expressavam um progressismo de esquerda alicerçado nos valores do liberalismo político.



Em Espanha, nos inícios dos anos 80, Felipe González explicava aos seus amigos que a função histórica do PSOE naquele período era realizar a modernização e liberalização social de Espanha, substituindo-se nesse papel a uma burguesia nacional progressiva que (fora a Catalunha e pouco mais!) perdera a sua capacidade autónoma e se deixara espartilhar pelo franquismo. Os quadros da análise eram, obviamente, os do materialismo histórico, mas os resultados da análise vinham legitimar uma política pragmática, de grande vigor reformista e de ambição de projecção internacional de Espanha, colocando-a no núcleo-motor da construção europeia. Falei até aqui do liberalismo político. E o liberalismo (ou neoliberalismo) económico? Como conciliar, nas sociedades desenvolvidas, emprego, competitividade e sustentabilidade do Estado de bem-estar? A social-democracia actual não vive apoiada, como na época «clássica» dos anos 50, 60 e 70, no keynesianismo como ideologia económica oficial e no alargamento progressivo das políticas de redistribuição. O crescimento económico vigoroso das sociedades europeias no segundo pós-guerra, a expansão continuada do investimento e do emprego, políticas de redistribuição generosas e a crença num papel «regulador» do Estado constituíram as imagens de marca da época «clássica» da social-democracia.

Os choques petrolíferos dos inícios dos anos 70, a «crise fiscal de Estado» e a não sustentabilidade de políticas de redistribuição deram origem à «contra-revolução» neoconservadora, que, em países como a Grã-Bretanha, operou uma profunda reconfiguração social e a

desregulação da actividade económica, ao mesmo tempo que no plano ideológico promovia o «back to basics», o regresso aos valores integradores da família e das pequenas comunidades. O combate da sra. Thatcher ao trabalhismo wilsoniano protagonizou emblematicamente esta ofensiva neoconservadora. O artigo de Blair é escrito sob este pano de fundo e como esforço de apresentação de um «fresh start» do trabalhismo britânico, afastado das inclinações estatistas do trabalhismo wilsoniano e mais aberto aos valores da iniciativa individual e da família. O artigo de Blair toma a dianteira ideológica no combate a um Partido Conservador em estado crítico e procura subtrair-lhe e conquistar solidamente o centro político.

Para além disso, a defesa de mais desregulamentação económica, aliada a uma maior permeabilidade a valores tradicionalmente conservadores, por um lado, com o contraponto numa ênfase na educação como chave para o desenvolvimento sustentado e competitividade, aliado a um maior esforço ao combate à pobreza e exclusão, por outro, são imagens emblemáticas da nova social-democracia - e não apenas na Grã-Bretanha... O artigo de Blair tem o mérito de ser a teoria da prática!

Mas porquê «terceira via»? «Terceira via» entre a social-democracia tradicional e o neoliberalismo? O rótulo parece-me em absoluto infeliz e excessivamente escorado nas necessidades de redefinição identitária do «New Labour». «Terceira via» entre Harold Wilson e Margaret Thatcher? Porquê tomar de empréstimo uma fórmula usada por Ota Sik para tomar distâncias

relativamente à experiência comunista? Harold Wilson, Bruno Kreisky, Willy Brandt ou Olof Palme representam o substrato da época clássica da social-democracia. O que há a fazer é procurar uma renovação desse legado. Não uma demarcação, para forjar numa terra de ninguém uma redefinição identitária!

Se algumas das propostas programáticas contidas no artigo de Blair são uma racionalização de uma prática já existente - do ponto de vista ideológico a «terceira via» constitui um arrombar com estrépe de portas já previamente abertas -, os aspectos orgânicos e de projecção geopolítica implícitos na proposta de «terceira via» devem ser vistos à luz daquilo que realmente são. O elemento permanente da doutrina geopolítica da Grã-Bretanha, a «special relationship» com os Estados Unidos, não pode convolar-se num elemento permanente da doutrina da social-democracia e do progressismo global. Fazer tábua rasa da estrutura e tradição políticas da Internacional Socialista para «refundar» um novo progressismo pode ser um exercício conveniente em termos de política interna e de projecção internacional, mas carece de bases sólidas de sucesso e de credibilidade junto dos parceiros. Desde logo, porque o segundo pilar desta aliança para um novo progressismo, Bill Clinton, se encontra extremamente fragilizado no seu potencial de liderança. Mas também, e sobretudo, porque o modelo social a que se atém a social-democracia europeia - e até à democracia-cristã com preocupações mais sociais - é razoavelmente diferente do modelo da globalização «todos os azimutes».

Transferir a liderança do «novo progressismo» para um eixo anglo-americano tem implicações geopolíticas e sobre a organização da competitividade global que sobrelevam, de longe, os instrutivos exercícios de debate programático. Creio, aliás, que só quem tenha um compromisso visível com o processo de aprofundamento da integração europeia e com um modelo de organização global do sistema de relações internacionais que assente na ideia do regionalismo aberto estará em condições de «puxar» pela renovação ideológica e programática da social-democracia e forjar, com ela, um «novo progressismo global».

Num momento em que a Europa vai viverdo sobretudo os seus problemas de intenção, o artigo de Tony Blair tem, para além dos outros, o inestimável mérito de um desafio. Por mim, confesso que descreio das virtualidades desta «terceira via». Além de que lhe faltam suportes orgânicos da sua materialização. Mas, como diz a sabedoria popular, Deus escreve às vezes direito por linhas tortas...

in «Público»



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Exposição em Albufeira

A Galeria Pintor Samora Barros acolherá, até ao dia 18, a mostra de trabalhos dos pintores Stella Barreto e Franco Charais. A exposição pode ser visitada diariamente, a partir das 10 e 30 e até às 17 horas.

Pintura e escultura em Cascais

Amanhã, o Casino do Estoril recebe no seu palco o grupo The Manhattan Transfer. O quarteto que passou pelo jazz, *rhythm and blues*, e pelo *swing*, editando 20 álbuns, e vencendo dez prémios Grammy, celebra agora os seus 25 anos de carreira «Tons de Outono» é o tema da exposição colectiva de pintura e escultura que reúne 34 trabalhos da autoria de Machado Maia, Alexandra Ordaz, Nina Czernin e Leonor Andrade e Castro.

A mostra estará patente ao público, no Posto de Turismo, até ao dia 18, efectuando-se visitas entre as 10 e a 18 horas.

«Expresso» em Coimbra

Hoje é inaugurada, no edifício Chiado, a mostra «Expresso 25 Anos». Dividida em três partes que se completam – «1973/1997», «O Expresso» e «Diaporama», a exposição, que permanecerá aberta ao público até ao dia 25, visa fazer uma retrospectiva da vida do conhecido semanário no seu percurso de 1973 até 1997.

«Sidadania» em Faro

A autarquia farensê promove, até ao dia 15 de Novembro, no Pavilhão da Doca, uma exposição intitulada «Sidadania – Sida: aspectos clínicos e sociais». Trata-se de uma mostra interactiva, com toda a informação sobre a doença do século acessível de forma simples e dinâmica, com o apoio de vídeos, computadores e dramatizações. A exibição, dirigida sobretudo à juventude, está disponível de terça a sexta-feira, das 10 às 13 horas e das 15 às 20 horas, bem como aos sábados das 11 às 12 e 30 e das 16 às 20 horas.

Aos domingos e feriados «Sidadania» poderá ser visitada entre as 15 e as 19 horas.

Cinema em Guimarães

Hoje, às 21 e 45, no Auditório da Universidade do Minho, estreia a fita de Bertrand Blier «O Meu Homem». A partir de amanhã e até ao dia 15 poderá percorrer as mil e uma incógnitas dos ficheiros secretos dos agentes Mulder e Scully no filme «X-Files – Fight The Future», uma película de Bobb Bowman que o Cinema São Mamede exhibirá nas sessões das 16 e 30 e das 21 e 45 dos dias 9, 12, 13, 14 e 15, bem como nas sessões das

15 e 30 e das 21 e 45, de 10 e 11 deste mês.

No sábado, dia 10, pelas 21 e 30, assista, no Auditório da Sociedade Musical de Pevidém, à representação de «O Bairro da Discórdia», uma peça a cargo do grupo de teatro do CCD Coelima.

Durante Outubro poderá apreciar a exposição de pinturas do século XVI, na colecção do Museu de Alberto Sampaio.

BD em Lisboa

No âmbito do primeiro Salão Lisboa de Ilustração e Banda Desenhada (BD) é inaugurada hoje, pelas 18 horas, na Biblioteca/Museu República e Resistência, uma exposição colectiva sob a designação de «Imagens da Guerra Civil Espanhola».

À mesma hora, mas no Auditório da Bedeteca, decorrerá a conferência «Cidade de Nanquim», com a participação de Eloy Guazzelli.

A Feira dos Fanzines nos Armazéns P da F., começará no sábado, prolongando-se pelos dias 17 e 18.

A escola belga PARTS (Performing Arts Research and Training Studios) levará à sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém, nos dias 13 e 14, pelas 22 horas, o espectáculo de dança «Less Than a Moment».

Entretanto, não esqueça que se encontram a decorrer, até à próxima quarta-feira, na Fundação Calouste Gulbenkian, as XIX Jornadas Gulbenkian de Música Antiga – Música como Teatro.

«Noite de Reis» no Porto

Uma teatral de William Shakespeare subirá ao palco do Teatro Nacional de São João, hoje, às 21 e 30. É com «Noite de Reis» que Ricardo Pais encena o seu primeiro Shakespeare. Trata-se de uma comédia de enganos, onde nada do que parece é e vice-versa. Amanhã e depois, às 21 e 30, assista, no Auditório Nacional Carlos Alberto, à peça de Michael Nyman, «O homem que confundiu a sua mulher com um chapéu».

Teatro em Setúbal

«O Baile dos Mercadores» é a peça que poderá ver no palco do Forum Luísa Todi, de quinta a sábado, às 21 e 30, bem como aos sábados e domingos, pelas 16 horas.

Artes plásticas em Sintra

Encontram-se abertas ao público, na Galeria Municipal de Fiteares, duas exposições de pintura. No primeiro piso podem ser apreciados os trabalhos de Graciete Rosa Rosa, cuja obra já foi descrita como «uma manifestação de inteligência». Dina Aguiar e João Murillo são os outros dois artistas cujas pinturas permanecem

expostas no segundo andar da galeria. Estas duas mostra esperarão por si até ao dia 1 de Novembro e poderão, até lá, ser visitadas de quarta-feira a domingo e feriados, das 16 às 20 horas. A galeria Municipal de Fiteares localiza-se no Fiteares Shopping da Rinchoa.

Concurso em Vila Real de Santo António

A Câmara Municipal promove, no dia 10, pelas 21 e 30 um Festival de Folclore Infantil no Centro Cultural. A Feira da Praia tem início marcado para este sábado e prolonga-se até á quinta-feira, dia 15. No domingo, dia 11, o Centro Cultural transformar-se-á, a partir das 21 e 30, numa grande passarelle onde desfilarão as candidatas ao título Miss Top-Model Algarve'98.

SUGESTÃO

A magia desce à rua

Ilusionistas e mágicos de vários países «desceram» à rua, no dia 5, em Coimbra, no âmbito de uma iniciativa da Câmara Municipal que tem o ilusionista Luis de Matos como principal promotor. Os «Encontros Mágicos», que terminam dia 11, incluem o II Festival Internacional de Magia de Coimbra e a XIX Convenção da Associação Portuguesa de Ilusionismo.

Segundo Luis de Matos, estes «encontros» visam «encher Coimbra de magia» em ruas, salas de espectáculo e bares, tornando os espectáculos acessíveis a um maior número de pessoas. Boris Wild (França), Christopher Hart (Estados Unidos), Guy Hollingworth (Inglaterra), Jarle Leirpoll (Noruega), Juan Mayoral (Espanha) e o próprio Luis de Matos são alguns dos artistas convidados.

A iniciativa, que mobiliza mais de duas centenas de participantes, conta com a presença de outras «estrelas» estrangeiras: Mago Anton (Espanha), Mahka Tendo (Japão), Malo el Malissimo (Estados Unidos), Mike Caveney (Estados Unidos), Topas (Alemanha) e Ya-Lipu (Espanha). Os portugueses Pedro Lacerda e Pedro Tochas também participarão, cabendo ao jornalista veterano Fernando Pessa o lugar de «convidado especial». Para que a magia passe a fazer parte do seu roteiro cultural e da vida da sua cidade, não deixe de participar num evento que promete transformar Coimbra na terra do «tudo é possível», com a magia e o ilusionismo como actividades regulares. Ainda restam quatro dias de magia para sonhar acordado, esquecendo as idades...

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

O ferro

Como se faz o ferro perguntou-me agora esta criança pequena que é um pastor de cabritos e há-de ser homem e há-de ser um homem melhor se sabe do ferro com coragem de ferro e um coração generoso.

Expliquei-lhe mal porque sei o que vi E ninguém me falou nunca mais completo.

Menino: há uma pedra de ferro que vem da Terra Há outra pedra carvão que vem da Terra Faz um fimo de terra como uma cabeça redonda E no lugar de cabelos põe canudos de Terra Com dentro pedra de ferro bem apertada E enche aquela cabeça de boca pequena Com pedras carvão da Terra, bem apertadas.

Casa toda esta Terra de sorrisos diferentes Com o fogo macho acendido na manhã baixa Com o Padrinho Ar de Fole sempre a dizer piadas E a Madrinha Agua Pouca esperando Para dizer a sua sentença importante.

O ferro é o que fica da boda dos quatro elementos Por isso ferreiro é um Homem sábio Faz a enxada, faz a machada, faz faca.

Com a semente de ferro que semeou Planta e colhe especial Agricultura Come um pão de ferro que faz o coração generoso O Ferreiro, este camponês especial Menino.

Quanto tempo mais vais ficar esta criança pequena Sem uma resposta melhor mais completa?

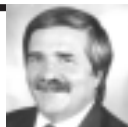
Mutimati
Moçambique

Ópera

O homem que confundiu a sua mulher com um chapéu

Música Michael Nyman
Libretto Christopher Rawlence
Encenação Jorge Listopad
Direcção Musical Fernando Fontes
Cantores
Elvira Ferreira (soprano)
José Manuel Araújo (tenor)
Luis Rodrigues (barítono)

12 de Outubro • 21h30
Teatro Académico Gil Vicente
Coimbra



DA ITÁLIA A PORTUGAL

As perspectivas de queda do Governo de Romano Prodi têm abalado não só a Itália, como se repercutem de forma significativa em toda a Europa da União.

A eventual queda do Governo de Romano Prodi compromete não só o actual processo de desenvolvimento económico e de reequilíbrio financeiro italiano, como cria uma ameaça de ruptura na hegemonia clara das forças socialistas nos governos europeus.

O processo político em Itália conduziu, a partir da operação "Mãos Limpas" e da ameaça da "república dos juizes", à implosão da Democracia Cristã e do velho PS., à emergência de novas forças políticas. À direita, Berlusconi e o partido mediático-empresarial da Forza Itália e os pós-fascistas de Gianfranco Fini mais os sobreviventes da direita demo-cristã. À esquerda, na coligação OLIVEIRA, os socialistas do PDS (ex-comunistas) mais os sobreviventes da esquerda demo cristã e do PS. Fora deste esquema e no norte e à direita, os separatistas de Bossi; à esquerda da coligação Oliveira, a Refundação Comunista de Bertinotti e Cossuta.

O que se passa hoje? A divergência no seio da Refundação Comunista entre a

linha do secretário-geral Bertinotti (partidário da ruptura com a Oliveira) e o presidente Cossuta abre uma crise, tendo como motivo ou pretexto o Orçamento do Governo Prodi para 1999. O processo de reformulação do sistema político italiano pode sofrer, neste contexto, algum abalo.

Entretanto, à escala portuguesa, o general Garcia dos Santos desencadeia um processo de contornos difusos, que lança suspeitas sobre empreiteiros, técnicos da JAE, eventualmente responsáveis políticos. Pretende escusar-se a comparecer no Parlamento, já convocado para duas Comissões e pretende apenas falar com o Procurador Geral da República.

O general Garcia dos Santos, afastado há alguns meses da presidência da Junta Autónoma das Estradas, resolveu intervir publicamente num tema difícil e fê-lo de uma maneira que merece certamente crítica. Um presidente de um organismo público tem ao seu alcance os meios e os processos para aquilatar da qualidade e da seriedade dos trabalhos que a instituição desenvolve e da forma como são tomadas as decisões.

O mau hábito está introduzido. Em vez de se identificar responsáveis, lançam-se

suspeitas difusas, culpam-se partidos, até a mal designada classe política. Vários agentes políticos e mediáticos têm alguma responsabilidade no difuso ataque ao sistema político, às instituições, às empresas e organismos públicos.

A liberdade de expressão e o sentido de responsabilidade obrigam a que se identifiquem situações erradas, se investiguem, se punam os responsáveis e se ilibem com clareza os injustamente atingidos. Se assim não for feito, poderemos ter não uma república de juizes como se temeu em Itália. Mas parcialmente teremos um Estado pantanoso, uma opinião pública desconfiada, organizações políticas inibidas. Teremos voltado vinte anos atrás, não no desenvolvimento económico ou na institucionalização política mas no clima social e no caldo cultural não completamente democrático que nos envolve.

Mantenhamos a confiança no futuro democrático, desprezemos os catastrofismos e os falsos apelos às uniões nacionais. Exijamos um sério e rigoroso funcionamento da Administração, punamos os prevaricadores os irresponsáveis e combatamos os caluniadores. Esta é também uma tarefa não só dos socialistas, como de todos os democratas.

«A aplicação estrita da lógica do mercado à criação cultural levaria, aliás, a curiosas investigações e conclusões, "terroristas", quanto "custa" ao Estado cada estudante dos diversos graus de ensino? E que fazer de Foz Côa, se é verdade que as pinturas nunca "valerão" tanto como a barragem que era para ser construída? E porquê conservar os Jerónimos, se o edifício não se paga a si próprio?»

António Mega Ferreira
Público, 5 de Outubro

«O General Humberto Delgado desafiava de frente e assustava a ditadura salazarista. Converteu-se, assim, por mérito próprio da sua força interior e da sua coragem indômita, no verdadeiro herói português do século XX.»

António Guterres
Público, 3 de Outubro

«A globalização está a operar uma concentração da riqueza nunca antes conhecida, nas mãos de cada vez menos pessoas.»

Mário Soares
Diário de Notícias, 5 de Outubro

«É contra este estado de coisas, muito perigoso, que a esquerda tem de se bater, com as armas da racionalidade e da coragem, usando novos métodos e descobrindo novas respostas, fiel à trilogia revolucionária da liberdade, igualdade e fraternidade.»

Idem, ibidem

«Na porta (de uma florista), um letreiro, na aparência banal, incomoda-me: "Raparigas precisam-se." Porque não "empregadas", como em qualquer outra loja? Será que a prudência da contratação a prazo já impede até a invocação do termo "emprego"?»

Maria Elisa
Diário de Notícias, 4 de Outubro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Director-adjunto

José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26,

Dafundo

1495 Lisboa **Distribuição** Vaso, Sociedade de

Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL,

Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz